Área da Administração e Justiça

INTRODUÇÃO

As acções na área da Administração e Justiça em 2005 desenvolveram-se dando prosseguimento, com perseverança, aos conceitos “servir melhor o público” e “evoluir com os tempos”, assim como se promoveram em 2005, sob uma nova mentalidade e um novo modelo, as reformas administrativa e jurídica. No próximo ano, vamos prosseguir com o princípio “avanço progressivo e gradual”, com a definição das prioridades, o aproveitamento dos aspectos de maior alcance e a harmonização recíproca entre as acções nos domínios administrativo e jurídico, visando o aprofundamento da concretização dos planos de reforma.

Para que as políticas e diplomas definidos e implementados correspondessem às necessidades da sociedade civil e fossem eficazmente executados, acolhemos as opiniões e os conhecimentos do Observatório da Administração Pública, do Conselho Consultivo da Reforma Jurídica, dos organismos de consultoria, das associações dos funcionários públicos, de grupos e associações profissionais e dos trabalhadores da Função Pública, a par do alargamento dos meios para uma activa participação conjunta dos cidadãos nas acções governativas, de modo a elevar a transparência do funcionamento da Administração, dinamizar a democratização da Administração Pública, em termos de gestão interna e prestação de serviços públicos, e reforçar a responsabilização e a fiscalização.

No que se refere ao domínio da Administração, consolidou-se ainda mais a reforma de forma “sistematizada, científica e informatizada” como rumo de orientação corrente e insistiu-se no lema “auto-aperfeiçoamento e primazia da qualidade” com o objectivo de elevar, a nível global, as qualidades da Administração Pública. Com a entrada em vigor, no início de Setembro, da lei que estabeleceu o regime jurídico dos documentos e assinaturas electrónicas, aprovada em 2005 pela Assembleia Legislativa, o Governo Electrónico conheceu um desenvolvimento que se prevê vir a tornar-se cada vez mais expressivo.

Procedeu-se ao aperfeiçoamento da gestão integrada dos trabalhadores da Função Pública e do sistema nuclear da Administração Pública, como eixo principal da reforma. Esforçou-se por inovar o sistema da Função Pública, elevar o grau de execução das Linhas de Acção Governativa e de articulação com as acções nelas delineadas, bem como promover a cultura de servidor público e criar o hábito de aplicação prática das acções governativas. Dinamizou-se a participação activa dos trabalhadores da Função Pública, nas suas mais diversas categorias, na construção da sociedade em conjunto com os cidadãos, como expressão de “Macau governado pelas suas gentes”.

Foi implementado o novo “regime de avaliação do desempenho”, bem como elaborado o “Regime de Previdência dos Trabalhadores da Função Pública” que desencadeou um grande número de acções em processo de aperfeiçoamento, estando prevista a sua implementação para o próximo ano. No que se refere às normas concernentes do regime da Função Pública, vamos dar início à revisão e estudo das mesmas, para que possam ser implementadas de acordo com os planos definidos.

Proseguiu-se, ao longo do ano, à aplicação de esforços para simplificar os procedimentos administrativos e para desenvolver plenamente os trabalhos de revisão das atribuições dos diversos serviços públicos. Embora sendo abrangente a área desses trabalhos, considera-se a mesma, contudo, de grande importância para o aprofundamento da reforma, pelo que os ajustamentos das atribuições continuarão a ser promovidos de forma ordenada e em estreita articulação com a necessidade ditada pela optimização dos recursos humanos.

Com a entrada em funcionamento, no corrente ano, do Centro de Serviços do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, os vários serviços a prestar ao público por essa entidade passaram, com o recurso à aplicação de tecnologias e optimização da gestão interna, a concentrar-se num mesmo local, o que não só contribui para a comodidade dos cidadãos, mas também para edificar um modelo de gestão moderno e personalizado que sirva de principal referência na melhoria futura de outros serviços.

No que se refere ao domínio da Justiça, foi implementado em Abril do ano em curso o mecanismo central de elaboração de diplomas legais e de consulta, integrado pelo Gabinete para a Reforma Jurídica e pelo Conselho Consultivo da Reforma Jurídica. Permitiu-se, assim, não só valorizar a função de coordenação dos trabalhos de elaboração dos diplomas legais mais importantes, mas também intensificar o diálogo com os diversos sectores de actividade e promover as consultas, através da participação conjunta dos juristas, técnicos especializados e individualidades do Conselho Consultivo da Reforma Jurídica, de modo a colher todas as opiniões úteis e sentir o pulsar da sociedade. Pretende-se que esses dados possam ser amplamente utilizados como elementos de referência para a elaboração de diplomas e contribuir para aprofundar ainda mais o desenvolvimento do ordenamento jurídico.

Iniciaram-se os trabalhos preparatórios para a criação de uma base de dados relativos a juristas, cujo enquadramento preliminar se encontra praticamente definido. Além disso, intensificaram-se as acções de formação jurídica e realizaram-se por várias formas e vias, nomeadamente através de medidas de aprendizagem sob orientação e acompanhamento de juristas experientes, a adjudicação de trabalhos, a criação de grupos de trabalho especializados e o recrutamento de mais juristas, acções para elevar a eficiência e o nível de qualidade na elaboração dos diplomas.

Prosseguiu-se, em 2005, o desenvolvimento das acções contínuas de sistematização, investigação e divulgação jurídicas. Sendo a divulgação da Lei Básica uma tarefa prioritária, promoveu-se, além das actividades e seminários realizados, para o efeito, em Macau, uma exposição fotográfica na China Continental, para que os seus residentes conhecessem melhor essa lei fundamental e a situação de Macau. Por outro lado, realizaram-se, com a colaboração das organizações associativas e das escolas, os mais diversos tipos de actividades para divulgar as leis vigentes, especialmente as recém promulgadas, de forma a elevar os conhecimentos dos cidadãos sobre o sistema jurídico local e atingir o objectivo de “cumprir a lei, conhecendo-a”.

Conheceram-se, desde o estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau, determinados avanços em termos de qualidade dos serviços prestados e uma gradual consolidação do conceito de servidor público, graças ao empenho que os trabalhadores da Função Pública têm vindo a desenvolver através do desempenho das suas funções no seu posto de trabalho, em estreita articulação com as Linhas de Acção Governativa. Face ao célere desenvolvimento social e económico, as futuras acções governativas vão continuar a depender do pleno apoio e articulação com os trabalhadores da Função Pública, independentemente do cargo ou categoria que detenham, os quais terão de elevar constantemente os seus conhecimentos e aptidões técnicas, e de persistir nos conceitos nucleares de “servir melhor o público” e de “evoluir com os tempos” definidos nas Linhas de Acção Governativa, de forma a promover o espírito de equipa, de valorização do interesse global e construir, em conjunto com os residentes de Macau, uma sociedade com melhor qualidade de vida.

PARTE I

BALANÇO DAS ACÇÕES GOVERNATIVAS NO ANO 2005

1. Reforço dos Mecanismos dos Serviços Públicos e Atenção à Importância nas Respostas às Opiniões dos Cidadãos

1.1 Prestação de Serviços ao Público

No que se refere ao Programa de Avaliação do Grau de Satisfação dos Cidadãos, criou-se na *intranet* da Administração uma página temática para permitir que os diversos serviços públicos pudessem conhecer a situação geral sobre a evolução desse programa, partilhar experiências e permutar dados, programa este que, desde o estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau e até finais de Setembro de 2005, estava a ser implementado por 22 serviços públicos.

Iniciaram-se os trabalhos preparatórios para a criação da Comissão de Avaliação de Serviços Qualificados que vai ficar responsável pela execução do regime de reconhecimento da Carta de Qualidade, prevendo-se que no próximo ano aquela venha a entrar formalmente em funcionamento e a aceitar os pedidos de reconhecimento apresentados pelos diversos serviços públicos. Concluíram-se os estudos sobre a criação do Prémio de Serviço Público de Alta Qualidade e os seus critérios de avaliação, no âmbito do Programa de Reconhecimento das Cartas de Qualidade. O Grupo de Trabalho para a Optimização do Funcionamento Administrativo e dos Serviços do Observatório da Administração Pública procedeu ao acompanhamento da execução dos programas da Carta de Qualidade promovidos pelos diversos serviços públicos, à avaliação dos seus resultados e à promoção da sua divulgação.

Desde o estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau e até finais de Setembro de 2005, dos 956 serviços prestados ao público pelos 44 serviços públicos 440 já se encontram integrados no Programa de Carta de Qualidade, o que corresponde a cerca de 46% da totalidade dos serviços prestados ao público.

Prosseguiram-se os trabalhos de consolidação e aperfeiçoamento dos serviços *One Stop* e os trabalhos preparatórios para o lançamento, a título experimental, do projecto “Protocolo de Serviços” e a criação de Centros de Prestação de Serviços ao Público por zonas.

Procedeu-se ao estudo sobre a viabilidade do lançamento do modelo de serviço *One Stop* no que se refere ao pedido de assistência social, de acordo com o Inquérito sobre as Qualidades dos Serviços Prestados pela Administração no Âmbito das Actividades Relacionadas com a Economia e a Vida. Desenvolveram-se estudos sobre a implementação do projecto “Protocolo de Serviços”. Concluíram-se os estudos relativos à estrutura orgânica, às formas de prestação de serviço e aos mecanismos de articulação entre os diversos Centros de Prestação de Serviços ao Público a criar por zonas, bem como os estudos sobre o processo de substituição das cartas de condução pelo Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais.

O Centro de Atendimento e Informação ao Público tem vindo a desempenhar o papel de ponte de ligação entre o Governo e os cidadãos, envidando esforços para o melhoramento dos serviços de atendimento e informação ao público, bem como acompanhando os casos encaminhados pelo Centro para os serviços competentes, tendo-se registado até finais de Setembro de 2005 um total de 64 490 consultas. Tal Centro irá criar e lançar, a título experimental, em finais do corrente ano, em conjunto com o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes e o Corpo de Polícia de Segurança Pública, o Sistema Electrónico de Tratamento de Reclamações Inter-Serviços. Este sistema visa, através do aproveitamento das tecnologias de informação, estabelecer uma rede de intercomunicação entre serviços que permite encurtar o tempo de transmissão das queixas e sugestões, elevar a eficiência no tratamento dos casos e acelerar as respostas.

Para facilitar a obtenção por parte dos cidadãos, fora das horas de expediente, dos elementos relativos ao telefone e horário de funcionamento dos diversos serviços públicos de que necessitam, o Centro de Atendimento e Informação ao Público irá no próximo ano alargar o Sistema Vocalizado de Consulta dos Contactos dos Serviços Públicos, de forma a permitir que os cidadãos possam, através de uma linha telefónica aberta, consultar a qualquer hora do dia os elementos de informação relativos aos diversos serviços públicos.

1.2 Trabalhos na Área dos Registos e do Notariado

Concluiu-se a preparação do projecto de alteração do Código de Registo Civil, cuja consulta, a promover sobre as suas principais alterações, terá lugar em finais do corrente ano. O projecto de registo das embarcações encontra-se na fase de consulta junto dos serviços competentes e do respectivo sector de actividade, finda a qual passará para o processo legislativo. Concluiu-se também o projecto de alteração do diploma que regula o registo automóvel e que visa adaptar as transformações resultantes das atribuições conferidas ao serviço coordenador dos assuntos de trânsito.

Procedeu-se a um estudo pormenorizado de direito comparado sobre o regime jurídico de compra e venda de fracções autónomas de edifícios em construção. Concluíram-se os estudos sobre algumas alterações de ordem técnica a incluir no Código do Registo Predial e no Código do Notariado, depois de definido o regime jurídico de compra e venda de fracções autónomas de edifício em construção.

Promoveu-se, em cumprimento das normas relativas à protecção de dados e à segurança de informações, a informatização dos registos e notariado sobre imóveis e procedeu-se a um conjunto de medidas de adaptação ao Governo Electrónico. O Ficheiro Central Notarial está a ser ampliado para poder vir a acolher, no futuro, a inscrição do conteúdo das procurações. Estão a ser envidados esforços para a elaboração do Regulamento de Utilização do Ficheiro Central Notarial, de modo a acompanhar o alargamento das funções do ficheiro central, e para estudar e desenvolver as funções de apresentação, de pedidos e consulta de dados relativos a imóveis através da *internet*, de modo a disponibilizar um serviço ainda mais conveniente às entidades privadas, especialmente às instituições bancárias. O serviço de busca sobre a situação de imóveis solicitada através da *internet* já se encontra à disposição do público que, para o utilizar, apenas tem de efectuar um simples pedido de inscrição e obter a respectiva aprovação para poder dele usufruir, sem necessitar de apresentar o pedido no próprio local.

2. Aperfeiçoamento da Avaliação do Processo de Optimização e Promoção da Reestruturação Gradual dos Serviços Públicos

2.1 Funcionamento Administrativo

Concluiu-se a produção do Guia para a Avaliação dos Resultados da Optimização dos Procedimentos Administrativos. Realizaram-se estudos sobre os procedimentos administrativos relativos à declaração e pagamento de impostos e ao pedido de concessão de crédito ou de apoio pelas empresas, de forma a encontrar soluções para que os trabalhos possam vir a ser desenvolvidos em conjunto com os serviços públicos correspondentes. No que se refere ao regime de avaliação dos resultados/eficácia, concluíram-se os trabalhos de aplicação experimental das fichas de pontuação equilibrada (*Balance Scorecard*).

Concluíram-se os trabalhos de revisão da versão experimental do Manual de Redacção de Ofícios em Língua Chinesa e de produção do Manual de Redacção de Ofícios Administrativos em Língua Chinesa, ficando assim definidos os modelos dos ofícios administrativos adaptados à realidade de Macau. Concluiu-se a revisão do Glossário Técnico-Administrativo, prevendo-se a edição, em finais do corrente ano ou no início do próximo, da sua versão actualizada que, dos iniciais 6 mil termos e expressões, passou a ter mais de 7 mil, e a sua colocação nas páginas do Portal do Governo.

Concluíram-se a análise dos pareceres elaborados pelos diversos serviços públicos relativamente ao documento de consulta do Projecto sobre a Criatividade no Trabalho e o inquérito sobre a intenção da respectiva adesão, de forma a recolher as opiniões dos diversos serviços públicos sobre o Plano e o seu futuro modelo de funcionamento.

Organizaram-se cursos de formação e acções de intercâmbio e promoveram-se acções para impulsionar um maior número de serviços públicos a submeterem-se ao exame de certificação internacional de gestão de qualidade ISO. Para acompanhar as necessidades impostas pela certificação, procedeu-se, em termos de acções de fiscalização interna, a um estudo sobre o projecto de aplicação do “Plano de Acções de Fiscalização”. Desde o estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau e até Setembro de 2005, um total de 36 subunidades orgânicas de 9 serviços

e entidades públicas obteve a certificação internacional, sendo o Centro de Serviços Integrados de Tratamento da Toxicodependência da Divisão de Tratamento e Reinserção Social, dependente do Instituto de Acção Social, a última subunidade a obter, este ano, a certificação. Os serviços e entidades públicas, nomeadamente o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e a Universidade de Macau, alargaram e aprofundaram sucessivamente, no corrente ano, o seu âmbito de certificação, com a intensificação da qualidade interna para elevar o nível da gestão interna.

O Grupo de Trabalho para a Optimização do Funcionamento Administrativo e dos Serviços do Observatório da Administração Pública analisou e debateu a optimização do processo de aquisição de bens e serviços pela Administração, tendo incluído no seu programa de trabalho os estudos sobre a simplificação e optimização dos procedimentos administrativos de licenciamento respeitantes à actividade hoteleira e similar pela Direcção dos Serviços de Turismo, a simplificação dos procedimentos administrativos relativos à assistência social, a viabilidade de concentrar a venda de impressos num mesmo serviço público da Administração e a construção de uma plataforma entre serviços onde se desenvolvam trabalhos da mesma natureza.

2.2 Estrutura Administrativa

Elaboraram-se os “Princípios para a Avaliação da Razoabilidade das Estruturas Orgânicas” e utilizaram-se os requisitos previstos nesses princípios como fundamentos da razoabilidade da optimização da estrutura e do ajustamento das atribuições dos serviços públicos, de forma a tornar os seus trabalhos mais normalizados e regulamentados. Por outro lado, procedeu-se, em primeiro lugar, à revisão e redistribuição das atribuições em matérias que tivessem uma estreita ligação com a elevação do nível da qualidade de vida dos cidadãos, nomeadamente em matéria de educação, bem-estar social, assistência e cuidados médicos, ordenamento urbano, trânsito e transporte, regulamentação das telecomunicações, habitação e residência. O Grupo de Trabalho para a Racionalização das Estruturas Administrativas do Observatório da Administração Pública estudou e analisou as atribuições em matéria de trânsito e protecção ambiental e incluiu a análise das atribuições em matéria de habitação e de gestão das telecomunicações no seu programa de trabalho.

Redefiniu-se o plano de trabalhos para o reajustamento das atribuições do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e constituiu-se um grupo de trabalho interdepartamental para acompanhar e coordenar a transmissão das atribuições do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais a outras entidades e a sua reestruturação orgânica, de forma a adequar as suas atribuições e estrutura ao desenvolvimento sócio-económico e à reforma administrativa.

Para dar resposta à estratégia da “reforma das atribuições” dos serviços públicos, delineada nas Linhas de Acção Governativa do ano passado, a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública lançou um inquérito, no início do corrente ano, com vista a recolher os planos de reestruturação orgânica dos diversos serviços públicos. Das respostas obtidas no inquérito, constatou-se que mais de 10 serviços públicos têm planos de reestruturação. Elaboraram-se os pareceres sobre os respectivos projectos de reestruturação. Através do Regulamento Administrativo n.º 4/2005 procedeu-se à revisão da estrutura orgânica e do funcionamento da Capitania dos Portos, tendo as Oficinas Navais, de acordo com o princípio da promoção da racionalização das estruturas administrativas e da economia das despesas, passado a ser uma subunidade da Capitania dos Portos. Concluiu-se a elaboração dos projectos de diploma que alteram a orgânica e o funcionamento do Instituto dos Desportos, do Estabelecimento Prisional de Macau, do Gabinete para o Desenvolvimento das Telecomunicações e Tecnologias da Informação, do Instituto de Habitação, da Polícia Judiciária e do Conselho dos Consumidores, bem como do projecto de diploma que altera o quadro da Direcção dos Serviços das Forças de Segurança.

3. Revisão Gradual do Regime da Função Pública e Realização Contínua de Acções de Formação

3.1 Regime Jurídico da Função Pública

O novo regime de avaliação do desempenho, implementado no corrente ano, constitui uma importante mudança para a reforma do regime dos trabalhadores da Função Pública. Tal regime permite reflectir, de forma objectiva e real, o desempenho dos trabalhadores, assegurando a justiça, imparcialidade e transparência e intensificando o seu estímulo, mediante uma reforma diversificada e humanizada.

As inovações a introduzir nesse regime novo, incluem, nomeadamente, a extensão do seu âmbito de aplicação até ao pessoal de chefia, a revisão e introdução de novos factores de avaliação e de novos métodos de classificação e atribuição de menções e a aplicação do regime de prémios e sanções, entre outros. Em articulação com o regime novo, foram realizados planos de divulgação e formação e criada na *internet* uma página temática e uma linha telefónica aberta para permitir que os funcionários públicos tenham um conhecimento mais cabal e se adaptem e executem com rigor esse regime, procedendo-se, simultaneamente, à sua revisão e aperfeiçoamento através das opiniões colhidas.

Tendo em consideração os diversos factores económicos e sociais da Região Administrativa Especial de Macau e a dedicação no trabalho, ao longo dos anos, pelos trabalhadores da Administração Pública que, juntamente com os cidadãos contribuíram para a construção da Região Administrativa Especial de Macau, o Governo apresentou à Assembleia Legislativa uma proposta de alteração ao Decreto-Lei n.º 86/89/M, visando a actualização dos vencimentos, das pensões de aposentação e das pensões de sobrevivência dos trabalhadores da Administração Pública, actualização esta que foi aprovada pela Assembleia Legislativa através da Lei n.º 1/2005. O aumento de 5% corresponde à taxa de actualização que o Chefe do Executivo anunciou publicamente na Assembleia Legislativa, durante a apresentação das Linhas de Acção Governativa de 2005, e é razoável de acordo com a análise das operações financeiras da Administração.

Tendo em conta que na maioria dos contratos individuais de trabalho de direito privado contém uma cláusula específica que prevê a possibilidade de reajustamento remuneratório de acordo com as actualizações de vencimento ocorridas na função pública, após a aprovação da referida lei, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau decidiu proceder também à actualização das remunerações do pessoal provido sob forma de contrato individual de trabalho.

Através da Lei n.º 2/2005 foi ainda aprovado o diploma sobre a Unificação das Carreiras Masculina e Feminina do Corpo da Polícia de Segurança Pública e do Corpo dos Bombeiros, permitindo com isto que as normas correspondentes às estruturas das carreiras dessas duas corporações se harmonizassem com as normas dos instrumentos internacionais aplicáveis na Região Administrativa Especial de Macau, designadamente o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, o

Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais e a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. A unificação dos quadros tornou ainda mais justa a progressão nas carreiras, contribuindo para uma melhor gestão do recrutamento e para um preenchimento mais flexível dos lugares dos quadros dessas duas corporações.

Alterou-se o Estatuto do Gabinete do Chefe do Executivo e dos Secretários, de forma a alargar o âmbito de recrutamento do pessoal para o desempenho de funções nesses Gabinetes, extinguir os cargos de técnico agregado e definir com clareza os regimes de provimento.

O Grupo de Trabalho para a Modernização Administrativa do Observatório da Administração Pública incluiu o Regime de Previdência dos Trabalhadores da Função Pública, o Regime de Mobilização de Pessoal e o Regime de Prémios e Sanções no seu programa de trabalho. O projecto do diploma Regime de Previdência dos Trabalhadores da Função Pública está praticamente concluído, estando já iniciada a segunda fase de consulta.

De entre os projectos de diplomas, cuja revisão está a ser desenvolvida, contam-se: o Regime de Reclassificação e Reconversão Profissional, o Estatuto do Chefe do Executivo e dos Principais Cargos, o Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia, o Regime Disciplinar, a Duração e Regimes de Trabalho na Administração Pública, o Regime de Férias, Faltas, Licenças e Tempo de Serviço dos Trabalhadores da Administração Pública, o Regime das Ajudas de Custo e de Despesas de Transporte, entre outros.

3.2 Formação dos Trabalhadores da Função Pública

Prosseguiu-se, ao longo do ano, a avaliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de formação dos trabalhadores da Função Pública, tendo o Grupo de Trabalho para a Modernização Administrativa do Observatório da Administração Pública incluído a análise dos mecanismos de formação no seu programa de trabalho.

Organizaram-se para os trabalhadores das diferentes carreiras e categorias da Administração Pública os mais diversos cursos de frequência obrigatória, cursos de frequência condicionada, cursos de especialização e outros cursos especiais, incluindo o Programa de Formação Essencial para os Funcionários Públicos em língua veicular portuguesa, destinado ao pessoal de direcção e chefia, e o Curso de Administração e Gestão Chinesa, em colaboração com o Instituto Nacional de Administração da China; o Curso de Formação em Assuntos Consulares, em colaboração com a Direcção Consular do Ministério dos Negócios Estrangeiros; o Curso de Protocolo Diplomático e o Curso de Formação de Porta-Voz, em colaboração com o Instituto de Relações Diplomáticas; a preparação da organização das Acções de Estudo e Conhecimento da Situação do País, em colaboração com o Instituto de Administração de Guangdong, e o Programa de Formação de Formadores, em colaboração com o *Civil Service College* de Singapura.

Foi dada continuidade à organização do Curso de Formação Essencial para os Funcionários Públicos, Programa de Formação para o Pessoal da Linha de Frente e acções de formação destinadas à criação do espírito de equipa. Foi também dado prosseguimento à organização de acções de formação profissional e cursos linguísticos, bem como de acções de formação específica programadas a pedido dos serviços públicos. Os materiais didácticos do Curso de Formação Essencial para os Funcionários Públicos passaram a ser disponibilizados através da *Internet*.

Para acompanhar a entrada em vigor do novo regime de avaliação do desempenho, prosseguiu a promoção de acções de formação e divulgação, nomeadamente de acções de formação e divulgação para monitores, notadores e notados. Além disso, editou-se a Compilação de Legislação sobre o Regime Geral da Avaliação do Desempenho dos Trabalhadores da Administração Pública.

Para assinalar o 10.º aniversário do estabelecimento das relações de cooperação com o Instituto Nacional da Administração da China, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau realizou, em conjunto com o Instituto Nacional da Administração da China, uma série de actividades comemorativas, entre elas a realização, em Macau, de seminário e a edição de um livro comemorativo.

3.3 Recursos Humanos

Promoveram-se, a nível interno, as acções preliminares de aplicação a título experimental e de formação relativamente aos trabalhos de análise funcional. Concluiu-se a proposta referente ao funcionamento do mecanismo de mobilidade dos trabalhadores da Administração Pública.

Continuaram as acções de aperfeiçoamento dos dados e processos de registo na Bolsa de Emprego, de revisão das normas relativas ao seu registo e de alargamento das funções do mecanismo de recrutamento geral. Aperfeiçoou-se o sistema de informação do Ficheiro de Dados sobre os Recursos Humanos, através, nomeadamente, do aumento da capacidade do sistema e da uniformização dos códigos informáticos. Iniciaram-se os trabalhos relativos ao sistema central de gestão de pessoal e definiram-se os projectos preliminares relativos à gestão integrada de pessoal, à formação e à base de dados de recursos humanos, estando neste momento a ser desenvolvidos, prioritariamente, os trabalhos de exploração do sistema de formação.

Realizaram-se, a pedido dos diversos serviços públicos, testes psicotécnicos aos candidatos a concurso e procedeu-se ao estudo do desenvolvimento do laboratório de exame psicotécnico no Centro de Avaliação das Aptidões dos Trabalhadores da Administração Pública.

O Grupo de Racionalização das Estruturas Administrativas do Observatório da Administração Pública incluiu as tendências das alterações registadas, em termos de recursos humanos na Administração Pública, face ao desenvolvimento sócio-económico, no seu programa de trabalho.

3.4 Diálogo entre os Trabalhadores

Intensificou-se, através das mais diferentes formas, o intercâmbio e o diálogo entre o pessoal da Administração Pública, organizando, nomeadamente, *workshops* e sessões de intercâmbio destinados às chefias dos serviços administrativos e financeiros, ao pessoal de atendimento ao público, ao pessoal de informática e ao

peçoal jurídcio, bem como sessões para partilha de experiências na execução das acções governativas destinadas a dirigentes e chefias dos diversos serviços públicos, criando-se assim condições que permitissem ao peçoal veicular as suas opiniões e expressar os seus sentimentos e reforçar o diálogo entre as chefias e os subalternos, em prol da promoção do espírito de equipa de equipa.

As reuniões de avaliação que se integram nos mecanismos do novo regime de avaliação do desempenho, criaram condições para a definição dos planos de trabalho conjuntamente com o peçoal de direcção, chefias e funcionários, com vista a reforçar não só o diálogo, a sinceridade no intercâmbio e o conhecimento profundo da situação de trabalho entre si, como também proporcionar uma gestão mais humanizada e uma maior colaboração para resolver os problemas encontrados no trabalho, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do espírito de equipa.

O Grupo de Racionalização das Estruturas Administrativas do Observatório da Administração Pública incluiu a organização de acções de intercâmbio no seu programa de trabalho, tendo em vista partilhar com outros serviços as experiências adquiridas através da reforma realizada por alguns serviços públicos e dinamizar o intercâmbio para promover e divulgar os modelos de serviço ou gestão que mereçam referência, de forma a elevar a eficiência da reforma administrativa.

3.5 Promoção da Inocorrutibilidade e Colaboração nos Trabalhos de Auditoria

Por ser relevante a promoção, no seio dos trabalhadores da Função Pública, da inocorrutibilidade e da imparcialidade, bem como do conceito de “ser cumpridor e conhecedor das leis”, incluíram-se as palestras sobre inocorrutibilidade e imparcialidade, a cargo do peçoal do Comissariado Contra a Corrupção, nos cursos de formação essencial destinados aos trabalhadores da função pública e nos cursos de formação profissional. Para os cursos sobre Despesas na Aquisição de Obras, Bens e Serviços foi convidado o peçoal do Comissariado Contra a Corrupção para dirigir o *workshop*, chamando a atenção dos formandos para as regras e princípios a observar nas diversas fases do processo de aquisição, para o regime de impedimentos e para as formas de evitar conflitos de interesses e a prática de crimes funcionais.

Em estreita articulação com o Comissariado Contra a Corrupção e o Comissariado da Auditoria e com a aplicação rigorosa das instruções e relatórios por esses elaborados, aperfeiçoaram-se os regimes administrativo e financeiro, intensificaram-se as acções de controlo e de educação e insistiu-se na prossecução do princípio de alta eficiência no controlo para melhor aproveitamento dos recursos públicos.

4. Promoção do Desenvolvimento do Governo Electrónico com a Entrada em Vigor da Lei das Assinaturas Electrónicas

4.1 Serviços do Governo Electrónico

Com a definição expressa das normas sobre a utilização de documentos e assinaturas electrónicas, das normas que regulam as actividades das entidades certificadoras que pretendam emitir certificados qualificados e dos requisitos que as mesmas devem reunir para obter a credenciação na lei que estabelece o regime jurídico dos documentos e assinaturas electrónicas e sob a articulação das infraestruturas da chave pública (PKI) disponibilizadas, o Governo Electrónico conheceu novos desenvolvimentos e entrou numa nova fase de implementação.

O Instituto Internacional das Tecnologias de *Software* da Universidade das Nações Unidas, ao qual o Governo da Região Administrativa Especial de Macau solicitou, em Julho de 2004, o desenvolvimento do projecto designado por “*e-Macao*”, lançou junto dos diversos serviços públicos um inquérito para se inteirar sobre o estado actual das suas tecnologias de informação e concluiu os trabalhos de formação do núcleo de pessoal que se responsabiliza pelo desenvolvimento do projecto do Governo Electrónico. Encontra-se actualmente em fase de conclusão a formação do grupo de técnicos que se encarregarão das tecnologias derivadas do desenvolvimento do Governo Electrónico.

O inquérito relacionado com a Proposta de Uniformização da Codificação de Caracteres Chineses através de Sistemas Informáticos vai ser plenamente lançado ainda este ano, com vista à implementação das normas relativas à permuta de dados, nomeadamente de códigos e de caracteres chineses, entre os sistemas informáticos dos diversos serviços públicos, bem como dos princípios e processos a observar na adopção, por aditamento, de caracteres e ideogramas chineses.

Concluiu-se a consulta sobre as Bases de Desenvolvimento do Governo Electrónico (2005-2009) preparada e elaborada pelo Grupo de Trabalho para o Governo Electrónico para regulamentar o rumo do desenvolvimento do Governo Electrónico. Desenvolveram-se os estudos sobre o pagamento electrónico, tendo o Grupo Interdepartamental de Coordenação dos Trabalhos de Pagamento Electrónico, constituído por representantes de 8 serviços públicos e coordenado pela Direcção dos Serviços de Correios, concluído a elaboração do relatório de estudo de viabilidade, o qual está a analisar neste momento o modo de aplicação viável.

Iniciou-se a consulta junto dos diversos serviços públicos sobre o texto de instruções relativas à forma de apresentação uniforme no Portal do Governo da Região Administrativa Especial de Macau das formalidades administrativas referentes a cada um dos serviços, de forma a criar as condições para um fácil acesso e uma rápida compreensão do seu conteúdo por parte do público.

São actualmente de 350 o número de impressos da Administração a que os cidadãos podem aceder, fazendo o seu *download* no “Portal e Quiosques de Informações”.

4.2 Bilhete de Identidade de Residente do tipo cartão inteligente

Prosseguiram os trabalhos de substituição do Bilhete de Identidade de Residente, segundo o seu número de ordem, iniciados em finais de 2004, e continuou a prestação de serviços externos de substituição do Bilhete de Identidade de Residente em instituições. Aumentaram para 760 o número médio de pedidos de emissão tratados por dia, cujo ritmo de progressão corresponde ao objectivo previsto. Com a entrada em pleno funcionamento do sistema de marcação prévia, os cidadãos portadores do Bilhete de Identidade de Residente, cujo número tenha sido publicado, passaram a poder, através da *internet* ou de telefone, marcar previamente a data para o processamento das formalidades da sua substituição. Até finais de Setembro de 2005, 63% dos portadores de Bilhete de Identidade de Residente substituíram os seus documentos de identificação.

Prosseguiram os trabalhos de divulgação e promoção, bem como de acompanhamento e aperfeiçoamento das novas medidas aplicadas, desde 18 de Outubro de 2004, aos portadores do Bilhete de Identidade de Residente Permanente da Região Administrativa Especial de Macau do tipo cartão inteligente nas suas deslocações a Hong Kong. Tendo obtido por parte de Hong Kong a concordância em alargar até 7 anos o prazo de validade dos Títulos de Viagem à Região Administrativa Especial de Hong Kong dos Residentes de Macau, encontra-se em elaboração o projecto de revisão do correspondente regulamento administrativo.

Até Setembro de 2005 foi autorizado um total de seis pedidos de acesso ao serviço de Verificação de Autenticidade e Consulta de Dados Pessoais do Documento de Identificação por *Internet* lançado em Outubro do ano passado. No que se refere à integração de dados com outras finalidades no *chip* informático do Bilhete de Identidade de Residente, a Direcção dos Serviços de Identificação está ainda a desenvolver, neste momento, as necessárias conversações com a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, no sentido de acertar os pormenores sobre a implementação e tratamento dos dados dos cartões de estudante e docente a serem incluídos, e a programar a consulta a realizar junto dos responsáveis dos estabelecimentos escolares. Prosseguiu o acompanhamento da evolução dos trabalhos de inclusão dos dados relativos ao cartão de utente dos serviços médicos. Concluíram-se o estudo e o desenvolvimento das técnicas de utilização de computador de bolso, em situações permitidas por lei, para a verificação dos dados integrados no *chip* informático, de modo a tornar possível, no futuro, a verificação dos dados relativos às cartas de condução pelos agentes de trânsito, através de computador de bolso.

No que diz respeito à utilização do Bilhete de Identidade de Residente do tipo cartão inteligente, o Instituto Cultural concluiu, com o apoio técnico da Direcção dos Serviços de Identificação, a criação de um programa informático que permita a implementação, a partir de 3 de Outubro, do “serviço de acesso aos serviços da Biblioteca Central mediante Bilhete de Identidade de Residente do tipo cartão inteligente”.

A Direcção dos Serviços de Identificação também concluiu os trabalhos de apoio na preparação do sistema automático de controlo de entrada e saída nas fronteiras, sistema este que vai ser testado já a partir de 5 de Outubro nas fronteiras pela Direcção dos Serviços das Forças de Segurança.

No que respeita à utilização do instrumento de chave pública do Bilhete de Identidade de Residente do tipo cartão inteligente para a obtenção por parte dos cidadãos da prestação de serviço electrónico grátis foram feitos estudos a nível técnico, nomeadamente no que diz respeito ao correspondente sistema de operação e aos aspectos de segurança.

5. Efeitos Preliminares do Mecanismo Central e o Aperfeiçoamento Gradual do Desenvolvimento do Ordenamento Jurídico

5.1 Funcionamento do Mecanismo Central na Reforma Jurídica

Com base nas experiências colhidas nos anteriores trabalhos de reforma jurídica, criaram-se, em Abril passado, o Gabinete para a Reforma Jurídica, com atribuições para elaborar a revisão dos códigos mais importantes e dos principais diplomas do ordenamento jurídico, e o Conselho Consultivo da Reforma Jurídica, com atribuições para realizar consultas jurídicas, de forma a criar condições para a promoção dos trabalhos de reforma jurídica na Região Administrativa Especial de Macau.

Através do Conselho Consultivo da Reforma Jurídica, composto por juristas e demais profissionais, permitiu-se à Administração incrementar, no desenvolvimento dos trabalhos de reforma jurídica, o diálogo com os diversos sectores da sociedade e, através da exploração das potencialidades do Conselho Consultivo da Reforma Jurídica e das opiniões expressas pelos seus membros, permitiu-se que os cidadãos dos diversos estratos sociais pudessem apresentar ideias que servissem de principal referência ao aperfeiçoamento do ordenamento jurídico da Região Administrativa Especial de Macau.

O Gabinete para a Reforma Jurídica e o Conselho Consultivo da Reforma Jurídica, como duas vertentes integrantes do mecanismo central, mantiveram entre si estreita cooperação e procederam, de acordo com as necessidades reais da sociedade, à revisão dos códigos mais importantes, dos regimes jurídicos e demais diplomas em vigor, tendo acordado, face às opiniões recolhidas e perante as condições actuais, em eleger o Código da Estrada, o Regime de Previdência dos Trabalhadores da Função Pública e o Código Comercial como os trabalhos prioritários da reforma e aperfeiçoamento do ordenamento jurídico.

Relativamente à revisão do Código da Estrada, cujo processo consiste em duas fases – consulta e elaboração do projecto, concluíram-se as duas rondas de consulta pública e a elaboração do respectivo relatório, encontrando-se presentemente na fase de elaboração do projecto de diploma.

No que se refere à revisão do Regime de Previdência dos Trabalhadores da Função Pública, concluíram-se todos os trabalhos de consulta, estando presentemente na fase de melhoria do texto do projecto, tendo em consideração as opiniões recolhidas.

Iniciaram-se em Novembro findo os trabalhos de consulta formal sobre as alterações ao Código Comercial, tendo como principais destinatários os sectores industrial, comercial, bancário e segurador, de forma a aperfeiçoar a legislação comercial e a harmonizá-la com a situação real de Macau e as tendências internacionais, criando-se assim as bases jurídicas para a promoção do desenvolvimento das actividades comerciais e industriais.

Embora sejam limitados os diversos recursos do mecanismo central, graças às estreitas articulações dispensadas pelos diversos serviços da Administração Pública e à participação activa das diversas associações da sociedade civil e dos cidadãos, que não regatearam esforços para responder à consulta, dando as suas opiniões e sugestões, criou-se um processo que dinamiza a participação conjunta do Governo e da sociedade civil e que serve de orientação para os trabalhos futuros, retirando-se daí as experiências necessárias para a promoção dos trabalhos de reforma jurídica.

5.2 Promoção do Desenvolvimento do Ordenamento Jurídico

Os trabalhos relativos ao desenvolvimento do ordenamento jurídico prosseguiram, em consonância com a orientação e os objectivos definidos após o estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau, em conformidade com a evolução dos tempos e com as necessidades impostas pelo desenvolvimento sócio-económico de Macau.

Até finais de Setembro do ano em curso foram promulgados 8 leis e 17 regulamentos administrativos. De entre as leis aprovadas e em execução, 6 resultam de propostas de lei apresentadas pelo Governo, nomeadamente a lei que actualiza os vencimentos e pensões dos trabalhadores da Administração Pública e altera a Lei n.º 1/2000 (Regime Remuneratório do Chefe do Executivo e dos Titulares dos Principais Cargos da Região Administrativa Especial de Macau), a lei que procede à Unificação das Carreiras Masculina e Feminina do Corpo de Polícia de Segurança Pública e do Corpo de Bombeiros, a lei que adita normas à Lei n.º 2/2003 (Regime Tributário em caso de Dupla Tributação Regional ou Internacional), a lei que altera o Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos, a lei que estabelece o Regime Jurídico dos Documentos e Assinaturas Electrónicas e a lei que estabelece as normas relativas ao Auxílio a prestar pela Guarnição em Macau do Exército de Libertação do Povo Chinês para manter a ordem pública ou acorrer a calamidades, e 2 resultam de projectos de lei apresentados pela própria Assembleia Legislativa, nomeadamente a lei que estabelece o Regime Jurídico das Infracções contra a Saúde Pública e contra a Economia e a lei sobre a Protecção de Dados Pessoais.

O aditamento de normas à lei do Regime Tributário em caso de Dupla Tributação Regional ou Internacional destina-se a lhe dar maior flexibilidade, de forma a evitar a dupla tributação e permitir ao Governo da Região Administrativa Especial de Macau estudar e planear a celebração de acordos com mais países e territórios, em prol dos interesses dos contribuintes.

Com as alterações introduzidas no Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos eliminou-se o imposto do selo de conhecimento e permitiu-se igualar a fórmula dos encargos tributários que incidiam sobre as actividades comerciais com a fórmula aplicada ao actual imposto profissional. Alteraram-se os escalões dos rendimentos tributáveis e as respectivas taxas, reduzindo-a de 15% para 12%, o que

não só põe em evidência a característica de Macau ser uma região com baixos impostos, mas também alivia ainda mais os encargos a suportar pelos investidores e torna o regime tributário cada vez mais simplificado e justo.

Os documentos e as assinaturas electrónicas passaram a produzir os mesmos efeitos jurídicos que os tradicionais documentos escritos e assinaturas, com a aprovação da lei que define o regime jurídico dos documentos e assinaturas electrónicas, o que tem elevado não só a imagem da Região Administrativa Especial de Macau, mas também a eficácia dos serviços na área da administração, das actividades comerciais, da gestão financeira e dos demais domínios, correspondendo assim às exigências internacionais em termos de tendência da diminuição do papel nos gabinetes e de aumento da protecção ambiental. A lei deixou ainda em aberto a possibilidade de poder regulamentar as novas tecnologias de certificação electrónica que venham a surgir no futuro, de forma a responder ao futuro desenvolvimento das tecnologias electrónicas.

Com a promulgação da lei de auxílio a prestar pela Guarnição em Macau do Exército de Libertação do Povo Chinês para manter a ordem pública ou acorrer a calamidades, de acordo com o disposto na Lei do Estacionamento de Tropas na Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, ficou definido o correspondente mecanismo de auxílio, proporcionando-se assim um grande apoio para garantir a estabilidade social da Região Administrativa Especial de Macau.

No que se refere à lei que altera o Regime Jurídico das Infracções contra a Saúde Pública e contra a Economia e à lei de Protecção dos Dados Pessoais aprovadas pela Assembleia Legislativa, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau irá ajustar, de acordo com as normas nelas previstas, os trabalhos dos serviços públicos para se conformar com o estabelecido na lei.

O Regulamento Administrativo sobre o Regime de Fixação de Residência Temporária de Investidores, Quadros Dirigentes e Técnicos Especializados introduziu alterações às normas iniciais, tendo em atenção o desenvolvimento económico, de forma a otimizar o investimento e aumentar as qualidades do pessoal que fixe residência em Macau.

Para que as mulheres possam exercer plenamente os seus direitos em termos económicos, sociais, culturais, cívicos e políticos, e para se reforçar a comunicação com as mesmas, criou-se a Comissão Consultiva para os Assuntos das Mulheres, que tem como principal atribuição pronunciar-se sobre a definição de estratégias a médio e longo prazo relativas às mulheres e organizar a promoção de actividades.

Alterou-se, com base nas opiniões recolhidas, o regime de actividades transitórias em vigor há quase 9 anos, visando atingir dois objectivos: – o primeiro é melhorar as condições necessárias para o desenvolvimento da actividade transitória, face ao próprio crescimento económico de Macau, aumentar os níveis de qualidade e o poder de concorrência dessa actividade; – o segundo é aumentar a eficácia administrativa, para salvaguardar os interesses dos clientes e da sociedade em geral, aproveitando a revogação de algumas das normas sem efeitos reais para tornar o processo de concessão de licença da actividade transitória mais simplificado e racionalizado, sem afectar a qualidade do serviço das empresas transitórias.

Procedeu-se, através do Regulamento Administrativo que aprova a Tabela Geral das Taxas e Multas Aplicáveis aos Serviços Radioeléctricos, à redução das taxas de exploração e de utilização pessoal pelos cidadãos de serviços radioeléctricos, nomeadamente no que se refere às taxas de estação base, estação móvel ou estação portátil dos respectivos sistemas e de utilização do espectro radioeléctrico de amplificador de rede.

Alterou-se, tendo em atenção as actuais condições sócio-económicas e o futuro desenvolvimento de Macau, o Regulamento de Participações para Ligações à Rede de Energia Eléctrica, em vigor há quase 20 anos, para nele se introduzirem várias inovações em benefício dos consumidores de energia eléctrica.

A nova prestação de natureza social, instituída pelo Regime de Subsídio para Idosos, destina-se a contribuir para a dignificação dos idosos e para uma constante afirmação do respeito que a sociedade lhes deve.

O Regulamento Administrativo sobre o Regime do Subsídio de Despesas de Serviços Complementares, atribuindo um subsídio de despesas de serviços complementares às instituições educativas particulares sem fins lucrativos aderentes à rede escolar pública e integradas no regime de escolaridade gratuita, visa atribuir

um apoio financeiro permanente para, indirectamente, reduzir os gastos dos encarregados de educação com a educação dos filhos. Por outro lado, promulgou-se ainda, em articulação com a política relativa à promoção do ensino gratuito, o Regulamento Administrativo do Regime de Subsídio às Propinas aos Alunos do Ensino Básico, atribuindo um subsídio para pagamento das propinas aos alunos que frequentam o ensino básico nas instituições educativas particulares não subsidiadas e actualizando o respectivo valor.

Concluíram-se alguns estudos sobre o conjunto de leis relacionados com o Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais (CEPA), tendo-se intensificado com esta base os estudos e a divulgação das leis chinesas relacionados com os respectivos sectores de actividade. Para maior conveniência dos residentes de Macau que queiram investir na China Continental, realizaram-se estudos para a criação de um *Web Site*.

Concluiu-se a consulta pública, que se iniciou em meados de Abril e que durou três meses, sobre o Regime Jurídico Tutelar Educativo dos Jovens Infractores, com vista a definir, com base nas opiniões recolhidas junto dos cidadãos em geral e nas comunicações apresentadas no debate temático em que participaram, a convite, especialistas, académicos e as diversas associações profissionais, um regime jurídico científico, que corresponda às tendências mundiais e à situação real de Macau.

Realizou-se um estudo sobre o Regime Jurídico das Transacções Imobiliárias, nele incluindo as questões relacionadas com a compra e venda de fracções autónomas de edifício em construção, com a gestão dos agentes imobiliários e com os parques de estacionamento em edifícios antigos, e procedeu-se à elaboração do texto preliminar dos respectivos projectos de diploma.

Prosseguiram os trabalhos de acompanhamento e elaboração dos projectos de diplomas relativos ao artigo 23.º da Lei Básica, à prevenção e repressão do crime de branqueamento de capitais e à prevenção e repressão do crime de terrorismo. Os diversos serviços públicos promoveram consultas ou acompanharam os projectos, na sua área de actuação, sobre a reforma da saúde, a reforma da educação, o regime de classificação e licenciamento dos restaurantes, o registo de embarcações, o reordenamento da zona velha e o fundo de manutenção e conservação de edifícios.

De um modo geral, o aumento da eficácia na elaboração dos projectos de diploma tem sido obtido através de várias vias e formas, com a adopção, por um lado, de medidas como o desenvolvimento sob a orientação e acompanhamento de juristas mais experientes, a adjudicação de trabalhos ao exterior, a constituição de grupos de trabalho especializados e o recrutamento de mais juristas, e, por outro lado, com a organização de um grande número de acções de formação específicas na área de técnicas de produção legislativa.

Para aumentar a eficácia na elaboração de projectos de diploma adoptou-se nalguns serviços públicos, caso a situação o permitisse, nomeadamente o Gabinete para a Reforma Jurídica, a integração de juristas bilingues em grupos de trabalho em que participassem juristas experientes, para que aqueles pudessem adquirir experiência e consolidar as suas técnicas profissionais.

Recrutaram-se, segundo as necessidades, mais juristas bilingues. Realizou-se um estudo comparado para a criação da carreira especial de jurista e iniciaram-se os trabalhos de redacção do respectivo diploma, criando-se assim as bases para a concretização da produção de legislação bilingue.

Para reforçar ainda mais as técnicas profissionais dos intérpretes-tradutores e aumentar a qualidade dos seus trabalhos, com o objectivo final de otimizar a qualidade das traduções dos diplomas, convidaram-se especialistas em tradução jurídica para emitirem as suas opiniões relativamente à redacção dos textos dos diplomas em língua chinesa e procederem ao debate e intercâmbio de experiências com o pessoal da área da tradução jurídica. Além disso, igual convite será feito a esses especialistas para apresentarem as suas experiências de tradução e realizarem *workshops* de tradução jurídica destinados aos intérpretes-tradutores dos serviços da Administração Pública, com o objectivo de, através de casos práticos e de debates em grupo, apresentarem as mais modernas técnicas de tradução.

5.3 Articulação com os Órgãos Legislativo e Judicial

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau tem mantido sempre boas relações e uma interacção com o órgão legislativo nos trabalhos de aperfeiçoamento das leis, conjugando esforços para desenvolver o ordenamento jurídico da Região Administrativa Especial de Macau.

Ao longo do ano, segundo o disposto na Lei Básica e em conformidade com as correspondentes normas do Regimento da Assembleia Legislativa, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau tem apresentado propostas de lei, esclarecido, a convite, as suas intenções legislativas e destacado membros para responder às interpelações orais na Assembleia Legislativa. Relativamente às interpelações escritas, até meados de Outubro, a Administração respondeu a 98 das 104 interpelações escritas apresentadas pelos deputados à Assembleia Legislativa, tendo-lhes sido facultadas as informações solicitadas, resolveu e acompanhou os pedidos dos cidadãos encaminhados pela Assembleia Legislativa ao Governo.

Em franca cooperação com a Assembleia Legislativa, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau apresentou relativamente ao projecto de lei que altera a Lei n.º 6/96/M, de 15 de Julho, e ao projecto de lei do Regime Especial Probatório na Prevenção e Investigação de Crimes, ambos da iniciativa da própria Assembleia Legislativa, um parecer integrado com as opiniões dos diversos serviços públicos e fez-se representar nas reuniões das respectivas comissões. Por outro lado, relativamente à proposta de lei da protecção dos dados pessoais apresentou também à consideração da Assembleia Legislativa um parecer integrado, juntamente com os pareceres elaborados autonomamente por alguns dos serviços públicos.

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau prestou, no âmbito da cooperação com os órgãos judiciais, os apoios devidos no recrutamento de oficiais de justiça, encontrando-se os 100 candidatos seleccionados no concurso a frequentar o Curso de Habilitação para ingresso nas carreiras de oficial de justiça, a ministrar pelo Centro de Formação Jurídica e Judiciária, e poderão vir a ser colocados nos respectivos postos de trabalho dos órgãos judiciais em meados do próximo ano.

Organizaram-se sessões de esclarecimento e acções de divulgação através da edição de panfletos, videogramas para televisão e fonogramas para rádio, para dar conhecimento sobre a entrada em funcionamento, no início do ano ainda em curso, do Juízo de Pequenas Causas Cíveis, bem como campanhas de divulgação integradas nas actividades de generalização do conhecimento das leis junto da comunidade sobre as principais competências do Juízo de Pequenas Causas Cíveis. Promoveu-se ainda o acompanhamento dos estudos sobre o seu funcionamento real e o levantamento dos respectivos dados estatísticos, de forma a que esses dados sirvam de referência nas futuras acções de divulgação jurídica, para que os cidadãos

possam conhecer melhor o modo de funcionamento desse tribunal e as formas de ultrapassar as eventuais dificuldades que venham a ter no decurso do processo.

Procedeu-se à análise das opiniões recolhidas através da divulgação e promoção do Código do Processo de Trabalho, ao estudo dos pareceres dos órgãos judiciais e ao levantamento estatístico do número de processos, de forma a preparar o próximo aperfeiçoamento do diploma legal e as próximas acções de divulgação.

5.4 Sistematização e Investigação jurídica

As tarefas de sistematização legislativa consistiram principalmente na prestação de serviços através da *Internet* e na edição de publicações. Para que os cidadãos pudessem ter acesso, através da *Internet*, aos dados mais actualizados, a base de dados do “Portal Jurídico” passou a ser actualizada semanalmente e a legislação a ser apresentada segundo as áreas de governação. Além disso, mais de 200 textos em língua chinesa, portuguesa, inglesa e francesa das convenções multilaterais passaram também a ser disponibilizados para consulta dos *cybernautas* na página electrónica da Imprensa Oficial. Editou-se, ainda, a 5.^a Edição do CD-Rom “Legislação de 2004 da Região Administrativa Especial de Macau”.

Em termos de trabalhos de investigação e de publicações jurídicas, editaram-se a compilação “Formação Jurídica e Judiciária - Legislação”, o Manual do Curso de Direito de Processo Civil e o Manual do Curso de Direito Disciplinar, colaborou-se com a Faculdade de Direito da Universidade de Macau na edição de obras teóricas jurídicas e manuais didácticos, publicações estas que podem servir de referência na utilização prática dos operadores de Direito e para o desenvolvimento das acções de formação e de divulgação.

Procedeu-se à revisão dos trabalhos redactoriais da revista “Perspectivas do Direito”, de forma a aumentar o nível da investigação jurídica e alargar as fontes de colaboração, tendo-se chegado à conclusão, embora preliminar, através de estudos realizados, de que teria de se reestruturar o seu corpo redactorial para poderem ser integrados juristas locais e estrangeiros na sua composição e de que teriam de se alterar as suas formas de colaboração e edição para atrair a colaboração de especialistas e estudiosos de nível elevado.

6. Criação de Uma Base de Dados relativos a Juristas e Aumentar o Nível de Conhecimento dos Cidadãos sobre as Leis

6.1 Formação do Pessoal da Área do Direito

Iniciou-se, sob a coordenação do Gabinete para a Reforma Jurídica, a criação de uma base de dados de juristas, tendo-se definido, com o apoio dos vários serviços da Administração Pública, o seu teor, encontrando-se os trabalhos concretos de ajustamento e de tratamento dos dados a ser desenvolvidos.

Para promover os trabalhos de reforma jurídica na Região Administrativa Especial de Macau, realizou-se uma palestra com os trabalhadores da Administração Pública que tivessem uma licenciatura em Direito, de forma a dar-lhes conhecimento sobre os objectivos delineados pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau nas Linhas de Acção Governativa no domínio da reforma jurídica e sobre o que a Administração deles esperava e exigia. Aproveitou-se ainda esta acção para o Governo se inteirar das necessidades e dificuldades encontradas pelos operadores de Direito na realização do seu trabalho, de forma a poderem desenvolver-se objectivamente as acções de formação em Direito e a distribuição dos trabalhos jurídicos.

Com as experiências acumuladas ao longo dos anos e com o constante aperfeiçoamento dos mecanismos de formação do pessoal jurídico da Região Administrativa Especial de Macau, normalizaram-se gradualmente os trabalhos. Concebidas basicamente para todos os juristas em funções na Administração Pública, para os magistrados e para os operadores de Direito, incluindo advogados e notários privados, as acções de formação têm elegido como objectivos prioritários não só a análise e a investigação da teoria do Direito, mas também a atenção a ter relativamente às questões técnicas na prática e na execução dos diplomas. Além disso, desenvolveram-se acções para alargar a visão sobre a conjuntura internacional e proporcionar oportunidades de intercâmbio e aprendizagem no exterior ao pessoal local, bem como para estender ainda mais os elos de colaboração com o exterior, nomeadamente com a China Continental, Portugal e outros países da União Europeia.

Em termos de acções de formação jurídica para os trabalhadores da Administração Pública, organizaram-se os cursos de Direito sobre procedimento administrativo, processo administrativo contencioso, contrato administrativo e regime jurídico de empreitada e obras públicas. Além disso, foram ainda organizados cursos, em consonância com as atribuições dos próprios serviços públicos, tais como o curso de procedimento administrativo e o curso prático de gestão financeira e aquisição de bens para o pessoal do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, o curso de direito disciplinar e de procedimento administrativo para os inspectores da Direcção dos Serviços de Economia, o colóquio subordinado ao tema “Escutas Telefónicas”, organizado a pedido dos Serviços de Polícia Unitários, o curso de formação jurídica para o pessoal técnico-auxiliar dos Serviços de Registo e Notariado, a pedido da Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça, e o curso de formação jurídica para os inspectores estagiários da Direcção dos Serviços de Assuntos de Trabalho, acções de formação estas que contribuíram para alargar os conhecimentos jurídicos dos trabalhadores da Administração Pública e para otimizar as qualidades dos serviços.

Organizaram-se, em colaboração com os organismos e as instituições de ensino superior da China Continental, cursos e acções destinadas a aumentar as técnicas de produção legislativa, incluindo o Curso sobre o Desenvolvimento do Processo Legislativo na China, com a duração de um mês, preparado, pela primeira vez, em cooperação com a Comissão dos Serviços Jurídicos do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, para através da apresentação sistemática dos procedimentos e técnicas legislativas da China Continental e de aulas práticas, elevar o nível profissional dos formandos, e o Curso de Produção Legislativa – Actual Produção Legislativa e Práticas Judiciárias na China, em colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade de Pequim. Além disso, organizaram-se ainda o Curso Aprofundado de Produção Legislativa e Técnicas Jurídicas e o Curso Aprofundado de Produção Legislativa, em colaboração com a Universidade Católica e a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra de Portugal.

Organizaram-se o Seminário sobre o Direito Processual Penal e o Seminário sobre as Modificações dos Critérios da Legitimidade Administrativa, destinados aos magistrados e funcionários judiciais, acções destinadas a trocar opiniões sobre os aspectos da formação dos magistrados, o Curso de Habilitação para Ingresso nas Carreiras de Oficial de Justiça, as acções de formação sobre a Lei Básica e as

dedicadas aos temas “Convenções Internacionais e Práticas de Registo e Notariado” e “As Mais Recentes Evoluções no Regime Jurídico de Matrimónio e de Família da China Continental”, destinadas aos conservadores e notários.

Para aumentar o nível dos conhecimentos profissionais dos juristas locais organizaram-se, em conjunto com a Direcção dos Assuntos de Direito Convencional do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o colóquio sobre Direito Internacional e o Curso Aprofundado na Área do Direito Internacional, em que participaram 85 formandos para uma permuta de experiências. Por outro lado, organizaram-se ainda as seguintes acções para o aprofundamento dos conhecimentos na área do Direito Internacional: Seminário de Direitos Humanos, Seminário de Direito das Águas Internacionais e Curso de Direito Internacional Comercial.

Promoveram-se as relações de cooperação com a União Europeia e a intensificação do intercâmbio com especialistas em direito da União Europeia, através de uma série de actividades de formação através do Projecto de Cooperação no Âmbito Jurídico entre a União Europeia e Macau, actividades essas que tiveram por tema o Direito do Consumidor, os Direitos do Homem, a Saúde Pública, a Criminalidade Informática, a Unificação da Economia Europeia e o Acordo CEPA, a Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal e Civil, o Branqueamento de Capitais, o Turismo e o Jogo e a Comunicação Social, o que teve uma grande relevância para os formandos em termos de alargamento da sua visão sobre a conjuntura internacional.

Organizaram-se também, a pedido da Associação dos Advogados de Macau, o Curso de Formação de Advogados Estagiários, onde se leccionaram, entre outras disciplinas, o Direito Processual Civil, o Direito Processual Penal e o Direito Processual Administrativo, bem como acções de formação profissional para todos aqueles que pretendessem adquirir a qualidade de advogados estagiários.

6.2 Divulgação e Generalização do Direito

Procedeu-se ao controlo, à avaliação e ao melhoramento dos trabalhos a desenvolver em simultâneo com a divulgação jurídica, esperando-se com isto aprofundar e alargar a divulgação, bem como aumentar a sua eficácia.

Para além das acções de divulgação corrente da Lei Básica, que é uma das tarefas prioritárias da Administração, organizou-se ainda, em colaboração com as associações, instituições e escolas, um grande evento para assinalar o aniversário da sua promulgação.

Editaram-se mais duas tiragens de panfletos de divulgação da Lei Básica, num total de 28 000 exemplares, para serem disponibilizados gratuitamente ao público em locais fixos e em postos instalados especialmente nos locais de realização de eventos. Fez-se, em períodos não determinados, a apresentação na televisão e nas colunas de todos os jornais de expressão chinesa de Macau de temas relacionados com a Lei Básica. A nível académico e científico organizou-se o seminário sobre a Lei Básica, intitulado “As Experiências e as Perspectivas da Governação de Macau, dentro da legalidade”, em que participaram e apresentaram as suas ideias especialistas da China Continental, de Hong Kong, de Macau e de Taiwan, dando assim o seu contributo para o estudo da Lei Básica.

Realizou-se a organização anual de duas acções de divulgação de grande envergadura na China Continental, dando a conhecer a transformação por que passou Macau há cerca de cem anos, designadamente os aspectos do desenvolvimento e da nova imagem de Macau registados, no quadro da Lei Básica, após a reunificação, tendo até sido editado um CD-Rom com o conteúdo da divulgação, de forma a alargar a eficácia da mesma.

A divulgação jurídica promovida junto da população em geral para aumentar os seus conhecimentos sobre o ordenamento jurídico é um trabalho que se tem desenvolvido sempre, sem regatear esforços, através dos mais diversos meios, designadamente através de brochuras, jornais, meios de comunicação electrónica, linhas de telefone para a generalização do conhecimento do Direito, colóquios sobre Direito a organizar nos centros comunitários e do programa de divulgação do Direito e educação cívica nas escolas.

Aumentaram para 83 os pontos de informação da Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça e das demais instituições públicas e privadas em que foram colocados brochuras e folhetos de divulgação jurídica à disposição do público, cujo teor, além de conhecimentos gerais de Direito, versa também sobre temas de interesse do público, face ao desenvolvimento sócio-económico e à publicação de novos diplomas, como o serviço *One Stop* na compra e venda de imóveis e o Juízo de Pequenas Causas Cíveis do Tribunal Judicial de Base.

Criou-se uma via para a prestação de serviços de informação jurídica à população em geral, cujo acesso pode ser feito por telefone ou por correio electrónico. Com a construção de uma base de dados interna no sistema de informática encurtou-se o período de tempo de espera da resposta à informação solicitada, pois, em média, a resposta a qualquer informação solicitada passou a ser prestada no prazo de dois dias úteis.

Em cooperação com as associações de bairros comunitários organizaram-se, tendo em atenção as características dos seus residentes, diversas palestras temáticas para a divulgação de conhecimentos gerais de Direito

Promoveu-se, com o apoio das instituições educacionais e tendo em atenção as características das fases de desenvolvimento das crianças e jovens, o Programa de Divulgação de Direito e Educação Cívica nas Escolas, tendo sido preparado, para o efeito, um curso de Direito e educação cívica que abrange desde o 1.º ano até ao 11.º ano de escolaridade, com vista a inculcar-lhes desde muito jovens a necessidade do respeito pela disciplina e pela lei. Por outro lado, com o apoio das associações da sociedade civil, promoveu-se a adesão de jovens para a constituição do núcleo “Pioneiros na Generalização do Conhecimento das Leis”, na esperança de que, após recebida formação, possam os mesmos fazer valer as suas influências junto dos seus pares para difundir a necessidade de respeito pela disciplina e pela lei.

7. Harmonização dos Assuntos de Direito Internacional face às Tendências de Desenvolvimento Regional

Desenvolveram-se, com o apoio e autorização do Governo Central e de acordo com o disposto na Lei Básica, os trabalhos no domínio dos assuntos de Direito Internacional que sejam necessários face às tendências de desenvolvimento regional e internacional.

Prosseguiu o acompanhamento, ao nível da cooperação judiciária regional, do Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal, do Acordo sobre o Reconhecimento e Execução Recíprocos de Decisões Judiciais em Matéria Civil e Comercial e do Acordo sobre o Reconhecimento e Execução Recíprocos de Decisões Arbitrais, entre o Interior da China e a Região Administrativa Especial de Macau.

Por outro lado, celebrou-se com a Região Administrativa Especial de Hong Kong o Acordo sobre a Transferência de Pessoas Condenadas entre o Governo da Região Administrativa Especial de Macau e o Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong, o qual entrará em vigor, conforme o previsto, a partir de finais do ano em curso. Por outro lado, prosseguiu-se o acompanhamento dos trabalhos relativos aos acordos de cooperação judiciária entre Macau e Hong Kong, nomeadamente relativos ao Acordo sobre os Pedidos Mútuos de Citação e Notificação de Actos Judiciais em Matéria Civil e Comercial e relativos ao Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal.

Em Outubro do corrente ano, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau, devidamente autorizado pelo Governo Central da República Popular da China, celebrou o “Acordo de Readmissão de Pessoas que Permanecem Sem Autorização”, com a Confederação Suíça. Este Acordo, que entrará em vigor em 1 de Dezembro de 2005, aplica-se ainda ao Principado do Liechtenstein.

No domínio da cooperação judiciária multilateral a nível internacional, participámos na qualidade de membro da delegação chinesa na Conferência dos Negócios Estrangeiros da 12.^a Conferência de Haia de Direito Internacional Privado, tendo assinado o texto final da reunião para confirmar o texto que altera o tratado elaborado por aquela organização e o novo texto do tratado – Convenção sobre a Jurisprudência em Matéria Civil e Comercial e o Reconhecimento e Execução das Decisões Judiciais Estrangeiras.

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau participou ainda nos trabalhos da 3.^a reunião da Comissão *Ad-Hoc* da Conferência de Haia sobre Direito Internacional Privado, destinada a concluir uma convenção sobre a reclamação da prestação de alimentos a menores e a outros membros da família.

Concluiu-se a elaboração dos relatórios sobre o cumprimento pela Região Administrativa Especial de Macau da Convenção contra a Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes e do Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Crianças Relativo à Venda de Crianças, à Prostituição Infantil e a Pornografia Infantil, tendo uma delegação participado em Abril e Setembro, respectivamente, nos trabalhos de apreciação dos relatórios sobre o cumprimento do Pacto Internacional sobre os Direitos Económico, Social e

Cultural, da Convenção sobre os Direitos das Crianças e do protocolo facultativo a essa convenção pela República Popular da China no Conselho dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas.

Promoveram-se inquéritos e elaboraram-se, com ou sem colaboração, diversos relatórios respeitantes a assuntos de Direito Internacional, especialmente no que respeita às convenções da Organização das Nações Unidas, tendo sido concluído, nomeadamente, o questionário a apresentar pela Região Administrativa Especial de Macau sobre a Convenção de Combate à Criminalidade Organizada Transnacional da Organização das Nações Unidas, apresentado, a pedido das organizações internacionais, os demais dados referentes a assuntos do domínio judiciário, promovida a publicação dos instrumentos internacionais e regionais aplicados na Região Administrativa Especial de Macau, elaborados pareceres sobre assuntos de Direito Internacional para as entidades e serviços da Administração Pública, organizadas reuniões na Região Administrativa Especial de Macau com uma delegação do Governo Popular Central para a discussão dos aspectos técnicos relativos à Convenção de Estocolmo, de forma a poder desencadear formalmente os trabalhos para a sua aplicação em Macau, e continuou a assegurar-se e a coordenar a execução do Acordo de Apoio Jurídico, firmado entre a Região Administrativa Especial de Macau e a União Europeia.

Relativamente à proposta de Lei Sobre a Cooperação Judiciária em Matéria Penal, concluiu-se a primeira ronda de consultas em sede do Grupo de Trabalho para a Cooperação Judiciária, prevendo-se a realização da segunda ronda de consultas muito brevemente, assim que esteja concluída a elaboração do texto com as opiniões integradas.

Participou-se na 11.^a Reunião da Comissão Mista União Europeia-Macau que teve lugar em Bruxelas no primeiro decêndio de Junho, que é a quinta realizada, após o retorno de Macau à Pátria. A União Europeia teceu uma avaliação positiva sobre os resultados alcançados com a plena aplicação da Lei Básica e o progresso registado nos vários domínios da sociedade de Macau. Na reunião, as partes fizeram ainda um balanço retrospectivo e um prognóstico sobre as relações bilaterais de cooperação nos vários domínios, salientando em continuar a estreitar a cooperação em todos os projectos de mútuo interesse e manifestando a satisfação pelo sucesso alcançado no programa de cooperação na área do Direito de Macau, bem como o

desejo de não só continuar com a cooperação na área de formação jurídica, mas também alargar a mesma a outros domínios, nomeadamente no domínio do novo Sistema Generalizado de Preferência e da tradução e interpretação jurídica.

Participou-se ainda em acções de intercâmbio e seminários relacionados com os assuntos de Direito Internacional e regional, incluindo a “22.^a Conferência Mundial Anual de Direito”, realizada no primeiro decêndio de Setembro em Pequim e Xangai. Para além da delegação da Região Administrativa Especial de Macau, chefiada pelo Presidente do Tribunal de Última Instância e composta por representantes dos diversos serviços públicos e órgãos judiciais, participaram ainda neste evento 1 500 profissionais do sector jurídico de mais de 60 países e territórios, incluindo os da China Continental, Hong Kong e Taiwan, tendo os membros da delegação de Macau apresentado também as suas comunicações. Através da participação nessas acções de intercâmbio de grande nível internacional, foram partilhadas e absorvidas as conclusões e as experiências apresentadas pelos especialistas nas suas comunicações, as quais poderão servir, de certa forma, de referência para o aperfeiçoamento e desenvolvimento do ordenamento jurídico da Região Administrativa Especial de Macau.

Participou-se, a convite, no V Fórum dos Advogados da China, que se realizou em Tianjin no primeiro decêndio de Novembro. O evento contou com a presença de mais de mil advogados e especialistas das diversas regiões com os quais foram partilhados a situação de Macau, em termos de desenvolvimento no domínio forense. Foi salientado, no discurso proferido na cerimónia de inauguração, a importância do CEPA e apelou ainda às delegações presentes para, no âmbito dos serviços jurídicos, se estabelecerem, através deste Fórum e de encontros futuros, um elo de contacto e de ligação com Macau, de forma a promover o progresso inter-regional.

8. Reforço dos Serviços Cívicos e Municipais, dos Serviços relacionados com a Vida da População e Embelezamento do Ambiente Comunitário

Desenvolveram-se os trabalhos nas áreas dos assuntos cívicos e dos assuntos relacionados com a vida da população, dos assuntos municipais, recreativos e desportivos, da educação cívica e da boa vizinhança, em estreita articulação com a política definida nas Linhas de Acção Governativa relativamente ao empenho no aumento da qualidade de vida da população em geral.

Procedeu-se à divulgação, sob as mais diversas vias e formas, do catálogo das infracções ao Regulamento Geral dos Espaços Públicos que entrou em vigor a 25 de Julho de 2005, explicando quais os aspectos a ter em conta na utilização dos espaços públicos e apelando aos cidadãos para assumirem, por sua iniciativa, a responsabilidade pela criação de um ambiente limpo, de forma a melhorar gradualmente o ambiente e a qualidade de vida. Após a entrada em vigor do catálogo das infracções acima referido, concentraram-se esforços na aplicação de multas sobretudo aos cinco tipos de infracções com que os cidadãos mais se preocupavam, nomeadamente, cuspir para o chão, deitar lixo na rua, ocupar ilegalmente os espaços públicos, deixar a água do ar condicionado gotejar e permitir que os cães produzam dejectos nos espaços públicos, sem proceder à sua limpeza ou remoção. Com a aplicação cada vez mais rigorosa do Regulamento Geral dos Espaços Públicos, a divulgação passou a ser promovida em conjunto com a educação cívica, tendo-se verificado uma manifesta melhoria da situação relativamente a determinadas infracções graves registadas anteriormente, especialmente à ocupação de espaços públicos, com a intensificação das acções de divulgação educativas e de aplicação da lei.

O Centro de Serviços, que entrou plenamente em funcionamento em meados de 2005, foi criado pelo Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais para disponibilizar ao público um serviço do tipo *One Stop* de alta qualidade, simples, rápido e cómodo. O modelo de funcionamento do Centro de Serviços está, neste momento, a ser revisto e avaliado, daí que, caso seja considerado ideal e as condições o permitam, esse modelo será gradualmente desenvolvido noutros serviços públicos.

Por outro lado, em termos de protecção da segurança alimentar, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais empenhou-se em melhorar a inspecção sanitária de todos os produtos frescos e vivos importados, mantendo um estreito contacto com as autoridades da China Continental e das regiões vizinhas e criando um mecanismo mais rigoroso de inspecção sanitária, de forma a assegurar que os produtos frescos e vivos sejam provenientes de pontos de criação registados na China Continental e contenham a certidão de aprovação sanitária. No que respeita ao caso da malaquite verde ocorrido em Agosto, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais intensificou, logo após ter conhecimento do caso, o diálogo com as autoridades de inspecção sanitária da China Continental, as quais responderam de imediato, no sentido de intensificar as medidas de inspecção sanitária, desencadeando de imediato uma revisão e uma investigação aturada de todos os pontos de criação registados que exportavam produtos para Macau, de forma a garantir que os mariscos destinados à exportação para Macau correspondiam aos padrões exigidos.

Para evitar de forma rigorosa a eclosão da epidemia da gripe das aves e para proteger a segurança dos produtos bovinos, suínos e aviários, bem como dos produtos alimentares importados para o abastecimento do mercado de Macau, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais estabeleceu com o Ministério do Comércio, no quadro da Comissão Directiva Conjunta no âmbito do Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais (CEPA), o Mecanismo de Ligação para os Trabalhos de Fornecimento de Produtos Bovinos, Suínos e Aviários pela China Continental a Macau, contribuindo para estreitar ainda mais a colaboração e a permuta de informações.

Segundo o disposto na lei, compete ao Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais assegurar, enquanto órgão de inspecção sanitária e de fiscalização do Mercado Abastecedor, que todos os produtos vivos e frescos adquiridos e utilizados pelos residentes e pelos visitantes de Macau estejam em conformidade com os padrões de sanidade e segurança públicas, bem como garantir o normal e eficaz funcionamento do mercado.

Para intensificar ainda mais a fiscalização no Mercado Abastecedor, com vista a criar um ambiente mais justo e aberto, aumentar o poder de concorrência dos diversos sectores de actividade e dinamizar a forma de exploração das actividades no próprio Mercado, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais concordou,

após negociações encetadas junto da operadora, em alterar a legislação e o contrato relativos ao Mercado Abastecedor, que passaram a produzir efeitos em 1 de Janeiro último, de forma a não só liberalizar a actividade grossista de frutas, mas também reaver o direito à disposição de parte dos espaços desocupados, criando-se, com isto, uma actividade comercial mais justa e livre para atrair todos aqueles que têm interesse em dedicar-se a este tipo de actividade de venda por grosso de produtos frescos e vivos.

O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais adoptou ainda medidas no sentido de baixar as taxas de inspecção sanitária em 20% e tendo o operador do Mercado Abastecedor adoptado medidas no sentido de baixar as rendas, despesas de admissão e de condomínio dos seus estabelecimentos em 10% a 20%, esperando que com a redução das taxas e dos custos de exploração do Mercado Abastecedor possa contribuir para que haja espaço para a redução dos preços dos produtos.

Dos 11 pedidos de autorização para o exercício da actividade de venda por grosso de legumes e frutas, cujos locais de proveniência diferem em 63.6% dos produtos importados pelos actuais operadores, que deram entrada no Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, 8 já obtiveram deferimento. Além disso, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais organizou sessões de esclarecimento destinadas especialmente a todos aqueles que tivessem interesse em exercer a actividade de venda por grosso de legumes e frutas provenientes da China Continental, para lhes dar a conhecer as normas locais de importação, tendo até convidado o pessoal do Departamento de Inspeção Sanitária dos Serviços de Migração de Zhuhai para esclarecer quais as formalidades e as exigências de sanidade pública a que a exportação de legumes e frutas da China Continental estão sujeitas, esperando com esta actividade de divulgação atrair novos operadores e promover a concorrência leal.

O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e o operador do Mercado Abastecedor desempenham, de facto, funções diferentes, competindo apenas a este último a gestão do funcionamento do Mercado Abastecedor, sem ter, contudo, direitos exclusivos na exploração relativa à origem, importação, venda por grosso e determinação de preços.

Para responder às necessidades reais exigidas pelo desenvolvimento social, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais lançou, em Agosto, um concurso público para a adjudicação de 30 licenças de táxi com 10 anos de validade, medida esta que se destina a atenuar as actuais necessidades da sociedade e a realçar a função das novas licenças, ou seja, a prestação de serviços aos cidadãos e aos visitantes.

Relativamente à elaboração do Regulamento do Licenciamento e Funcionamento de Oficinas de Reparação de Veículos Motorizados, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais tem procedido activamente à consulta e recolha de experiências obtidas noutras regiões, estando já concluída a elaboração do projecto preliminar desse diploma com base na opiniões e sugestões colhidas junto do sector de actividade e do Conselho Consultivo do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais. Tendo em atenção as condições objectivas existentes, na medida em que alguns cidadãos vivem muito perto das oficinas de reparação de veículos motorizados, o que implica o reequacionamento dos interesses entre este sector de actividade e a população, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais divulgou esse projecto de diploma através da *internet* e nos vários postos de atendimento e informação, com vista a auscultar amplamente a opinião pública e tomá-la como referência para o aperfeiçoamento desse diploma. Além disso, irá encontrar um ponto de equilíbrio que não só tenha em conta o desenvolvimento urbano, mas também os interesses dos cidadãos e do sector de actividade, no intuito de, por um lado, regulamentar o funcionamento deste ramo de actividades e, por outro, proporcionar o apoio necessário ao respectivo sector.

Prosseguiram os diversos trabalhos de embelezamento e limpeza da cidade, tendo o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, em plena articulação com a organização dos 4.^{os} Jogos da Ásia Oriental, realizado o meticoloso e cuidadoso planeamento e enfeite das zonas adjacentes aos recintos dos jogos e nas principais artérias da cidade, criando assim um ambiente que enaltece esse evento, bem como promovido, em colaboração com os serviços públicos competentes, as mais variadas campanhas de divulgação para salientar a imagem de “Macau – Cidade Saudável”, com o intuito de reforçar a consciência da importância da higiene e saúde nos cidadãos e nos visitantes.

Implementou-se, de forma ordenada, a concretização dos programas de reconstrução dos mercados, tendo o novo Mercado Tamagnini Barbosa sido inaugurado em finais de Maio e estando em curso os planos de concepção e as consultas sobre a reconstrução do Mercado S. Lourenço e do Mercado Ribeira do Patane.

Relativamente ao acidente fatal que ocorreu com a queda de uma árvore plantada na via pública, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais accionou logo após a sua ocorrência todas as diligências de remediação, no sentido de acompanhar a situação da vítima e prestar o apoio possível aos seus familiares. Com vista a realizar uma averiguação mais aberta e justa, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais constituiu especialmente uma comissão de inquérito composta por especialistas da China Continental, académicos locais experientes e membros do Conselho Consultivo do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, para sobre a matéria realizar um estudo e análise pormenorizada. Do relatório concluiu-se que o tronco da árvore tinha sido carcomido por insectos nocivos, resultando na perda da capacidade de suporte e, subsequentemente, na sua queda, assim como foi recomendada a intensificação das medidas de preservação e conservação das árvores antigas ou com maior idade. O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais também procedeu, com base nas opiniões apresentadas pela comissão de inquérito especializada, à conservação ou tratamento das árvores referenciadas eventualmente como estando em risco de queda, assim como constituiu um grupo de trabalho para a coordenação das acções de controlo e conservação das árvores nas vias públicas. Além disso, reforçou-se o número de trabalhadores e as acções de formação, adquiriram-se equipamentos para a exame das árvores e intensificou-se o aperfeiçoamento do controlo e da conservação das mesmas.

Concluíram-se todas as obras de reordenamento da Vila da Taipa, obras essas que, apesar de terem levado mais de 3 anos até à sua finalização, não só deram à Vila da Taipa um aspecto visual diferente, mas também melhoraram significativamente os equipamentos turísticos e de lazer dessa zona, contribuindo positivamente para dinamizar o turismo e o desenvolvimento das Ilhas.

Adoptou-se, a partir de Julho findo, um novo modelo de funcionamento, a auto-gestão, para o Centro Cultural de Macau, ficando as actividades principais sob o controlo do Governo e as actividades não nucleares passarão a ser adjudicadas através de contrato de prestação de serviços a terceiros, modelo este que corresponde à política estratégica de desenvolvimento a longo prazo delineada nas Linhas de Acção Governativa para aumentar o nível artístico-cultural da população e dinamizar a participação activa dos cidadãos no desenvolvimento da cultura.

“Momentos da Eternidade – Exposição de Colecção de Relógios do Museu do Palácio”, organizada pelo Museu de Arte de Macau em colaboração com o Museu do Palácio de Pequim, por ter atraído a visita de mais 70 mil pessoas, traduziu-se no maior evento artístico, tendo, inclusive, captado a atenção internacional. Aproveitou-se o facto de Macau, este ano, ter sido eleito um dos locais de realização das actividades comemorativas do Ano da Cultura Sino-Francesa para criar uma plataforma de intercâmbio cultural sino-francesa, o que tem permitido a deslocação a Macau de artistas desses dois países para, através do intercâmbio, promoverem o aumento do nível artístico local. A Casa Cultural de Chá, no interior do Jardim Lou Lim Ieoc, foi inaugurada em Junho, proporcionando aos cidadãos um local onde podem apreciar o chá e os bules.

Com a entrada em funcionamento da primeira instalação do género em Macau, o Centro de Recursos de Educação Cívica, criado no Mercado Municipal de Iao Hon, passou a ser o local privilegiado para a prestação de serviços de estabelecimento de redes de contacto e de promoção de actividades de educação cívica. Prosseguiu-se, na área de promoção da boa vizinhança, a sensibilização para a importância da ideia “mais vale um amigo próximo que um parente afastado”, com vista a incutir o espírito de um convívio harmonioso em Macau e de ajuda mútua na comunidade.

9. Apoio Activo aos Trabalhos Relacionados com as Eleições e Dinamização da Participação Activa dos Residentes no Acto Eleitoral

9.1 Trabalhos Relativos às Eleições para a Terceira Legislatura

Apoiar e coordenar os trabalhos eleitorais para a terceira legislatura é uma tarefa prioritária em 2005. Desenvolveram-se e promoveram-se, de acordo com o disposto na Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau e na Lei do Recenseamento Eleitoral, as acções relativas ao recenseamento eleitoral, mas para conveniência dos residentes, para além de se ter alargado o período de atendimento, se ter estendido esse período ao sábado, domingo e à noite, criaram-se ainda postos ambulantes de recenseamento com o objectivo de servir os residentes nas várias zonas, assim como foi destacado pessoal para ir às escolas de ensino secundário e superior promover o recenseamento eleitoral.

Até finais de Maio do corrente ano, estavam inscritos no recenseamento eleitoral 220 653 pessoas singulares e 905 pessoas colectivas, o que representa, em comparação com o ano passado, um aumento de 56 994 pessoas singulares e de 200 pessoas colectivas, respectivamente.

Para estimular a participação activa dos cidadãos na votação, sensibilizar para a importância do cumprimento da lei, conhecendo-a, e promover o exercício do direito por parte dos eleitores, organizaram-se, em conjugação com as actividades de educação cívica, as mais diversas acções de divulgação, assim como sessões de esclarecimento destinadas às listas de candidatura. Publicou-se o manual “Eleições Legislativas – Legislação Eleitoral e Manual Prático” e editou-se o respectivo CD-Rom, destinados a serem distribuídos gratuitamente ao público. Produziu-se um filme de curta-metragem para apresentar ao público quais os assuntos relacionados com as eleições legislativas, de forma a aprofundar os seus conhecimentos sobre o sentido dessas eleições, o seu processo e as suas normas. Criou-se especialmente um *Web site* para as eleições, cujos dados são constantemente actualizados, para dar a conhecer atempadamente aos cidadãos as mais actualizadas informações relativas ao tema.

Concederam-se pleno apoio e assistência, conforme o determinado na lei, à Comissão Eleitoral da Assembleia Legislativa, tendo sido facultado apoio administrativo e técnico para o regular funcionamento de todo o processo eleitoral.

Mobilizou-se o pessoal dos diversos serviços públicos para prestar apoio na preparação dos respectivos trabalhos e foram recrutados milhares de trabalhadores dos vários serviços públicos para, no próprio dia das eleições, prestar o devido apoio nas cerca de 228 assembleias de voto, o que demonstra bem o empenho, a dedicação e o espírito de equipa que os trabalhadores da Função Pública envidaram para assegurar que as eleições corressem positivamente.

Ao longo de todo o processo eleitoral, os diversos serviços da Administração Pública da Região Administrativa Especial de Macau mantiveram-se em regime de total disponibilidade para corresponder a todas as medidas adoptadas, no âmbito de umas eleições justas, pela Comissão Eleitoral da Assembleia Legislativa, pelo Comissariado Contra a Corrupção e pelos órgãos judiciais.

Concluíram-se, sem sobressaltos, as eleições legislativas, ficando assim conhecidos os 12 deputados eleitos por sufrágio directo, os 10 deputados eleitos por sufrágio indirecto e os 7 deputados nomeados, que compõem, de acordo com o Anexo II da Lei Básica e a Lei Eleitoral da Assembleia Legislativa, a terceira legislatura da Assembleia Legislativa.

9.2 Divulgação dos Documentos de Viagem da Região Administrativa Especial de Macau

Até finais de Outubro do ano em curso, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau, devidamente autorizado pelo Governo Central da República Popular da China, assinou o acordo de mútua isenção de visto para os portadores do passaporte da Região Administrativa Especial de Macau, com 6 países, nomeadamente a Bulgária, o Japão, Cabo Verde, Dominica, Suíça e Principado do Liechtenstein, e o título de viagem da Região Administrativa Especial de Macau obteve de Cabo Verde e Dominica a concessão do privilégio da isenção de visto de entrada.

Até finais de Outubro, um total de 68 países e territórios acordou em conceder o privilégio da isenção do visto de entrada ou da obtenção do visto à entrada aos portadores do passaporte da Região Administrativa Especial de Macau, ou seja, 55 países e 12 territórios acordaram em conceder o privilégio da isenção de visto de entrada e um país o privilégio de obter o visto à chegada. Um total de 7 países e territórios acordou em conceder o privilégio da isenção do visto de entrada aos portadores do título de viagem da Região Administrativa Especial de Macau.

Iniciaram-se os estudos sobre os “documentos de viagem electrónicos”. Em Março, um representante do Governo da Região Administrativa Especial de Macau participou, na qualidade de membro da delegação chinesa, na 2.ª Reunião sobre o Acordo das Políticas Estratégicas Relativas aos Passaportes dos Diversos Países da Ásia e observou a realização de testes técnicos sobre os produtos, organizados em simultâneo com a reunião, pelos respectivos fornecedores dos diversos países e territórios do mundo.

9.3 Reinserção Social e Recuperação Social dos Jovens

Prosseguiram os trabalhos de prestação de “serviços de mudança de vida” aos reclusos prestes a serem libertados e de organização de colóquios e actividades que favoreçam a reinserção na sociedade dos reclusos depois de libertados. Organizaram-se, em colaboração com as associações da sociedade civil, actividades que, através de espectáculos e programas educativos temáticos, transmitissem mensagens positivas de sensibilização sobre a importância do apoio a dispensar pelos cidadãos em geral aos que tenham sido libertados, após cumprimento da pena de prisão. A par dos apoios aos lares de assistência, mantiveram-se estreitos contactos com as associações da sociedade civil, no sentido de coordenar os trabalhos a realizar e de actualizar o regime a aplicar nos lares.

Encontrando-se integradas no texto da lei, de acordo com o contexto actual, as opiniões das associações profissionais de Macau sobre o “Regime Jurídico Tutelar Educativo dos Jovens Infractores”, recolhidas na sequência da troca de impressões e da discussão em várias reuniões, bem como as que resultaram do seminário realizado com a participação de especialistas de Macau e Hong Kong, criou-se um grupo de trabalho para acompanhar a preparação de um conjunto de acções que complementam as novas medidas.

Para reduzir a taxa da delinquência juvenil e realizar o objectivo de uma efectiva correcção dos delinquentes juvenis, criou-se o mecanismo de encaminhamento e instituiu-se o apoio a dar pelo Departamento de Reinserção Social da Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça, antes de o menor deixar o Instituto de Menores, segundo directrizes precisas, de modo a prestar uma melhor e mais eficaz assistência aos menores internados. Além disso, realizaram-se *workshops* temáticos para os encarregados de educação dos menores internados, de forma a aumentar a sua capacidade para ajudarem os filhos a afastarem-se do mundo do crime. Organizaram-se periodicamente actividades de voluntariado para os jovens sob acompanhamento através da prestação de serviço em várias associações caritativas de Macau e cursos de formação prática de curta duração.

Organizaram-se, em termos de prevenção da delinquência juvenil, actividades dirigidas directamente a jovens de alto risco e a instituições de prestação de serviços a jovens. Realizaram-se *workshops* para que as escolas e as instituições de apoio a jovens promovessem a participação de jovens de alto risco, para que estes se pudessem inteirar por si das consequências da prática de delitos e aumentar o seu grau de imunidade contra a prática de crimes. Além disso, endereçaram-se convites às instituições de prestação de serviços a jovens para visitar o Instituto de Menores e para fazerem permutas de experiências de trabalho. As actividades, em termos de prevenção criminal, abrangeram ainda as acções de divulgação realizadas nos estabelecimentos escolares e as actividades realizadas em colaboração com as associações da sociedade civil.

Encontra-se em estudo a questão sobre a inimputabilidade em razão da idade, continuando-se a recolher dados de outras regiões e a tentar perceber as filosofias e factores sociais tidos em conta noutras jurisdições na definição da idade de imputabilidade penal, de modo a tornar possível uma correcta fundamentação quando Macau se debruçar sobre essa mesma questão.

PARTE II

LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA O ANO 2006

Principais Acções Governativas no Domínio da Administração e Justiça:

- (1) Aperfeiçoar o serviço de atendimento ao público, alargando a implementação do Programa de Avaliação do Grau de Satisfação dos Cidadãos; concretizar o Regime de Reconhecimento da Carta de Qualidade; aprofundar o serviço *One Stop*; implementar o projecto-piloto “Protocolo de Serviços”; organizar a instalação de Centros de Prestação de Serviços ao Público por zonas e do Centro de Informações do Governo; e alargar a aplicação e eficácia do Sistema Electrónico de Tratamento de Reclamações Inter-Serviços.
- (2) Rever os conteúdos concernentes do Código do Notariado, do Código do Registo Predial e do Código do Registo Civil, simplificando os procedimentos de registo; assim como criar e aperfeiçoar o regime unificado de registo e notariado para a realização de transacções imobiliárias, o regime de arrendamento, o regime de registo da compra e venda de imóveis em construção, o regime de registo do pagamento do sinal, o regime de supervisão dos mediadores imobiliários, o sistema de consulta *on-line* de informações sobre a situação jurídica dos imóveis.
- (3) Optimizar o funcionamento administrativo, aperfeiçoando as normas e modelos de coordenação e cooperação entre serviços públicos; proceder ao enquadramento e normalização dos procedimentos administrativos comuns aos diversos serviços públicos; e apresentar propostas de optimização relativas aos processos de aquisição pública de bens e serviços e de assistência social.
- (4) Promover o Sistema de Certificação Internacional de Gestão de Qualidade ISO e os planos de formação de auditores internos desse sistema; implementar o “*Balance Scorecard*” do Sistema de Avaliação dos Resultados/Eficácia; e implementar o projecto-piloto do Plano sobre a criatividade dos funcionários públicos no trabalho.

- (5) Concluir de forma gradual a revisão das funções das estruturas administrativas, impulsionando a reforma das atribuições; dar início à remodelação progressiva das atribuições tendo em vista os serviços individualmente considerados e também na perspectiva inter-serviços; concretizar a reorganização das funções do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e dos serviços correlativos; ajustar as funções relacionadas com a matéria de tráfego rodoviário e transporte; aperfeiçoar os “Princípios para a Avaliação da Razoabilidade das Estruturas Orgânicas”; e iniciar a revisão das Bases Gerais da Estrutura Orgânica da Administração Pública de Macau.
- (6) Aperfeiçoar a gestão dos funcionários públicos, assim como indexar ao regime de avaliação do desempenho os regimes de promoção, de prémios e sanções, de formação, de mobilidade do pessoal, e outros.
- (7) Implementar o Regime de Previdência dos Trabalhadores da Função Pública; rever, de forma sistemática, o Regime Jurídico da Função Pública; intensificar a gestão dos funcionários públicos, reforçar a responsabilização e elevar a eficiência administrativa e a qualidade dos serviços. Com base na eficácia das acções desenvolvidas, vamos proceder, de forma faseada e de acordo com os planos traçados, à conclusão da elaboração ou à revisão dos seguintes projectos, entre outros: o Estatuto do Chefe do Executivo e dos Titulares dos Principais Cargos da Região Administrativa Especial de Macau, o Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia, as novas carreiras de pessoal jurídico especializado e de pessoal de tradução jurídica, a reclassificação e reconversão profissional, o regime disciplinar, o regime contratual, o regime de recrutamento, o regime de assistência médica, o regime de formação, o regime de concurso e de acesso, o regime do prémio, as carreiras de pessoal, o regime de férias, faltas e licenças sem vencimento, a duração e regimes de trabalho, o regime de ajudas de custo e das despesas de transporte e o regime remuneratório e de abonos.
- (8) Intensificar de forma contínua a formação dos funcionários públicos e a avaliação da sua eficácia, assim como consolidar o conceito de “servidor público” e a cultura organizacional moderna; e ampliar o mecanismo de recrutamento uniformizado e o sistema central de gestão do pessoal.

- (9) Promover serviços administrativos electrónicos através do aperfeiçoamento do Portal do Governo, bem como a transmissão de informações através de documentos electrónicos, concretizando-se a criação de um ambiente sem papel; divulgar os serviços de certificação electrónica e a aplicação de certificados electrónicos; e impulsionar os serviços electrónicos para a realização de pagamentos e aquisições comuns.
- (10) Proceder à elaboração de normas concernentes, obedecendo rigorosamente aos princípios e procedimentos consagrados na Lei Básica de Macau, articulando-se com o desenvolvimento do sistema político da Região Administrativa Especial de Macau; e prosseguir com a produção legislativa relativamente ao artigo 23.º dessa mesma Lei.
- (11) Adoptar uma filosofia inovadora na produção dos diplomas, com vista a proceder à reforma dos regimes desactualizados após a realização de um estudo rigoroso; aumentar a cooperação com os diversos sectores sociais, de modo a intensificar o empenho na divulgação dos diplomas e na aplicação da lei, assim como assegurar a execução correcta dos diplomas e elevar a consciência social relativamente ao sistema jurídico; acompanhar constantemente a aplicação da legislação vigente, auscultar opiniões e proceder, oportunamente, à respectiva revisão e aperfeiçoamento.
- (12) Com a coordenação e organização efectuada através do mecanismo central de reforma jurídica, concluir as propostas de lei relativas ao Código da Estrada, ao Regime de Previdência dos Trabalhadores da Função Pública de Macau, assim como iniciar a introdução de alterações no Código Comercial e proceder à revisão e aperfeiçoamento do Código Penal, do Código Civil, do Código de Processo Penal e do Código de Processo Civil.
- (13) Realizar o estudo e a produção de diplomas que complementam as acções no âmbito do reordenamento das zonas antigas e da protecção do Património Mundial de Macau, entre outros.
- (14) Rever os diplomas sobre o combate à criminalidade informática, do Regime Jurídico sobre a Produção, Tráfico e Consumo de Estupefacientes e

Substâncias Psicotrópicas, do Regime de Protecção Social a Menores em Situação de Risco, do Regime Jurídico da Adopção, do Regime Jurídico sobre o Controlo de Material Pornográfico, bem como dos diplomas relativos à segurança alimentar.

- (15) Aperfeiçoar de forma gradual a base de dados de juristas e coordenar a mobilidade dos funcionários de acordo com a sua especialidade, em articulação com as necessidades da Região Administrativa Especial de Macau no âmbito da reforma jurídica.
- (16) Adotar um sistema de formação jurídica que conjugue a regularidade, especificidade e flexibilidade, com vista a formar juristas tendo em conta o desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Macau a longo prazo, além de responder eficazmente à necessidade de aperfeiçoamento dos diplomas nas várias etapas da evolução social.
- (17) Articular de forma plena os trabalhos desenvolvidos pelos órgãos legislativos e judiciais, com base nos mecanismos e na eficiência existentes.
- (18) Empenhar-se, no âmbito da autorização concedida e com o apoio do Governo Central, nas acções a nível da cooperação judiciária e dos assuntos de Direito Internacional; e concluir a elaboração da proposta de Lei sobre a Cooperação Judiciária em Matéria Penal; após a aprovação das propostas de lei relativas à Prevenção e Repressão do Crime de Branqueamento de Capitais e à Prevenção e Repressão do Crime de Terrorismo, vamos melhorar e acelerar a instalação dos equipamentos complementares de software e hardware, de forma a adoptar medidas eficazes de combate ao branqueamento de capitais e ao terrorismo.
- (19) Promover o desenvolvimento das actividades em matéria de assuntos cívicos e municipais, orientando-se para a sua pormenorização, assim como elevar a qualidade de vida da população em geral; e articular de forma plena os trabalhos de conservação do Património Cultural de Macau.
- (20) Organizar a substituição dos documentos de viagem tradicionais pelos electrónicos.

(21) Dar início à construção do *hardware* e *software* necessários à implementação do Regime Jurídico Tutelar e Educativo dos Jovens Infractores.

1. Busca da Perfeição na Prestação de Serviços Públicos e Recolha de Opiniões para o Aperfeiçoamento Contínuo

1.1 Prestação de Serviços ao Público

Conjugando a integração dos serviços de informação e consulta do Governo e a instalação dos Centros de Prestação de Serviços ao Público nas diversas zonas, vamos criar um sistema de serviços modernizados para servir melhor o público, mediante a fiscalização feita pela sociedade civil e os mecanismos de auto-aperfeiçoamento, entre os quais a avaliação do grau de satisfação dos cidadãos, a Carta de Qualidade, o serviço *One Stop* e o mecanismo de consulta, tratamento de sugestões e queixas que serão desenvolvidos de forma a alcançar um maior aprofundamento, adaptação mútua e impulsionamento.

O Programa de Avaliação do Grau de Satisfação dos Cidadãos será promovido de uma forma mais ampla, assim como o Regime de Reconhecimento da Carta de Qualidade será implementado no próximo ano. Com o objectivo de se adaptar ao desenvolvimento dessas actividades, a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública vai prestar pleno apoio aos diversos serviços públicos, de modo a não só esclarecer o funcionamento e processo de avaliação desses mecanismos através de breves sessões de apresentação, como também organizar reuniões de trabalho e avaliações preliminares, visando proporcionar um apoio específico e concreto aos serviços públicos que requeiram esse reconhecimento. A concretização do sistema de reconhecimento permite o aumento do nível de eficiência dos serviços prestados pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau em geral, o que será mais um avanço no melhoramento da qualidade de vida dos cidadãos. Paralelamente, vamos estar atentos ao desenvolvimento dos planos traçados, procedendo de forma contínua à análise e revisão integrada, assegurando o impulsionamento contínuo e eficaz do programa da Carta de Qualidade.

Com base nesse Regime de Reconhecimento, será instituído no próximo ano o Prémio de Serviço de Alta Qualidade, cuja criação pretende ser a reafirmação dos serviços públicos com gestão de excelência, com vista a incentivar os restantes serviços do Governo da Região Administrativa Especial de Macau a melhorarem a qualidade dos serviços prestados e a eficácia administrativa. Assim sendo, iremos constituir a Comissão de Avaliação de Serviços Qualificados, no intuito de efectuar a apreciação objectiva do funcionamento interno, da prestação de serviços e do desempenho dos serviços públicos participantes, no que respeita à avaliação dos resultados/eficácia organizacionais, aos resultados da avaliação do grau de satisfação dos cidadãos, aos serviços concernentes e aos circuitos de fornecimento dos mesmos, por forma a escolher e premiar os serviços públicos ou as equipas de trabalho que tenham um desempenho de excelência.

O serviço *One Stop* será objecto de reforma e aperfeiçoamento mais profundo. Após um período de implementação, este modelo de serviço tem vindo a revelar a sua eficácia, no entanto, iremos proceder ao seu melhoramento a nível interno e externo de forma a atingir maior aperfeiçoamento. No domínio externo, vamos aumentar a qualidade do pessoal de atendimento ao público, acelerando e melhorando a fluidez dos circuitos de trabalho. Também vamos intensificar, no domínio interno, a modernização da gestão administrativa, no que se refere ao tratamento dos documentos enviados entre serviços, e simplificar, cada vez mais, os procedimentos administrativos. Simultaneamente, será aumentada a capacidade dos trabalhadores relativamente ao desenvolvimento de actividades operacionais e aos conhecimentos jurídicos, assim como será reforçada a capacidade de combinação entre o pessoal dos vários serviços públicos, por forma a elevar a eficácia de cooperação entre serviços e o aumento quer na qualidade e quer na quantidade dos serviços.

Iremos não só continuar a aperfeiçoar o funcionamento e os serviços prestados pelo Centro de Serviços do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, como também renovar, através das bases lançadas, o modelo de serviço *One Stop* e os serviços prestados por diversos departamentos, incluindo a implementação do projecto-piloto relativo ao Protocolo de Serviços e a organização da instalação de Centros de Prestação de Serviços ao Público por zonas. O conceito de “Protocolo de Serviços” consiste em delegar a prestação de serviços que competia aos próprios serviços públicos em outros serviços ou organismos mediante a celebração de um

protocolo de serviços, com vista a eliminar as limitações que existem entre si. No que se refere aos Centros de Prestação de Serviços ao Público a instalar nas diversas zonas, vamos criar, com base na conclusão dos estudos de viabilidade relativos à estrutura orgânica, ao modelo de serviço e aos mecanismos de coordenação, vários grupos de trabalho formados pelos serviços competentes para a integração dos serviços de informação e consulta do Governo, de maneira a instalar os centros de serviços em determinadas zonas e proceder ao aprofundamento do nível e do alargamento do âmbito dos serviços de acordo com as necessidades reais, proporcionando, deste modo, a prestação de serviços de alta qualidade e simplificados que estejam estreitamente ligados à vida dos cidadãos.

Vamos aumentar, no próximo ano, o número de serviços públicos que utilizam o Sistema Electrónico de Tratamento de Reclamações Inter-Serviços através do alargamento do seu âmbito de aplicação e eficácia, como forma concreta de elevar a eficiência no tratamento dos processos e acelerar o tempo de resposta necessário, após a recolha das experiências do projecto-piloto realizado pelo Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, pela Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes e pelo Corpo de Polícia de Segurança Pública.

Por outro lado, iremos empenhar-nos no aperfeiçoamento da prestação de serviços de informação pelo Governo, cabendo à Imprensa Oficial e ao Centro de Atendimento e Informação ao Público da Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública organizar conjuntamente o Centro de Informações do Governo. Deste modo, os cidadãos poderão obter as informações jurídicas e as respeitantes aos serviços públicos, quer deslocando-se pessoalmente ao local, quer efectuando consultas por telefone ou através da internet. Também iremos elaborar o Índice Geral das Publicações do Governo e empenhar-nos na criação da Livraria *On-Line* do Governo, de maneira a que os cidadãos possam consultar e adquirir as publicações necessárias através das respectivas páginas electrónicas, ou dirigindo-se ao referido Centro de Informações do Governo, o que proporcionará também um método de aquisição rápido e conveniente aos leitores que se encontrem no estrangeiro.

1.2 Trabalhos na Área dos Registos e do Notariado

Conciliando o desenvolvimento do ordenamento jurídico e a utilização dos equipamentos de *software* e *hardware* do Governo electrónico, vamos aperfeiçoar o regime de transacção de imóveis e assegurar eficazmente os direitos e interesses legítimos das diversas partes. Será criado, no próximo ano, o regime unificado de registo e notariado para a realização de transacções imobiliárias e aperfeiçoado o regime de arrendamento de imóveis, através da revisão dos respectivos conteúdos do Código do Registo Predial e do Código do Notariado. Iremos proceder ao estudo dos procedimentos relativos ao pagamento e recebimento do sinal nas transacções, assim como será criado o regime de registo do pagamento do sinal a fim de evitar as situações de múltiplos sinais recebidos na venda de uma casa. Também iremos realizar, com base nas experiências de sucesso recolhidas nas regiões circundantes e nas opiniões ou sugestões do sector imobiliário de Macau, o estudo sobre a criação do regime de registo da compra e venda de imóveis em construção e do regime de supervisão dos mediadores imobiliários.

Sintetizando as experiências colhidas na prestação de serviços electrónicos, nomeadamente do Ficheiro Central Notarial e do serviço de pedido de “buscas” através da *internet*, iremos não só desenvolver, no próximo ano, os conteúdos desse ficheiro central de dados, como também acrescentar a função de registo de procurações através da *internet* e os procedimentos de pagamento electrónico dos emolumentos relativos a actos notariais. Também iremos proceder, assumindo como pressuposto determinante a garantia da segurança informática pela utilização do sistema de certificação da assinatura electrónica, ao estudo sobre a disponibilização na *internet* das informações dos imóveis para a consulta dos advogados, instituições bancárias, mediadores imobiliários, e outros. Tal permitirá assegurar que, nas transacções imobiliárias, as diversas partes possam conhecer a qualquer momento a situação jurídica dos imóveis, assim como será uma garantia da segurança nas transacções.

Em articulação com a criação de Centros de Prestação de Serviços ao Público por zonas, iremos tentar modificar o modelo tradicional de divisão das funções dos serviços de registo e notariado, procedendo cabalmente à ampliação das actuais funções do 1.º Cartório Notarial e do Cartório Notarial das Ilhas, no sentido de prosseguir não só a disponibilização dos serviços do notariado existentes, como

também acrescentar outras funções, nomeadamente o serviço de pedido de “buscas”, a emissão de títulos de registo de propriedade dos automóveis e o serviço de registo de nascimento, adoptando-se como método de funcionamento a distribuição das funções pelos vários postos, para conveniência dos cidadãos das diversas zonas do território no tratamento das formalidades de registo e notariado.

Concluída a revisão do Código do Registo Civil no próximo ano, iremos introduzir reajustamentos no funcionamento interno da Conservatória do Registo Civil e no processo de prestação de serviços externos, articulando com os princípios consagrados na revisão do diploma relativamente à simplificação dos procedimentos de registo civil e à diminuição da intervenção nos processos judiciais, a fim de adequar o regime de registo civil à situação social.

Com o objectivo de promover a cooperação económica e comercial no domínio regional, iniciaremos, no próximo ano, a organização da construção de uma plataforma de cooperação entre os órgãos responsáveis pelos serviços de notariado na Região do Delta do Rio das Pérolas, intensificando os conhecimentos sobre as práticas de notariado em Macau e na China Continental, o que irá facilitar o reconhecimento dos respectivos instrumentos notariais. Também vamos dar continuidade à cooperação com o Ministério de Justiça da China na organização dos Exames Nacionais de Avaliação dos Conhecimentos Judiciais, assim como será realizado um estudo sobre a criação do Regime de Notários Acreditados na China Continental, em articulação com as medidas de concretização do Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre o Continente Chinês e Macau.

2. Simplificação e Optimização do Funcionamento Administrativo, Reorganização das Funções e Reforço da Coordenação

2.1 Funcionamento Administrativo

A implementação da lei sobre documentos e assinaturas electrónicas contribui para o desenvolvimento do Governo electrónico, assim como impulsiona a cooperação entre serviços e a distribuição mais flexível das funções, favorecendo, deste modo, a optimização das estruturas administrativas e a modernização administrativa.

No próximo ano, iniciaremos um estudo sobre os procedimentos comuns, visando um melhor enquadramento e normalização do funcionamento administrativo para elevar a eficácia de trabalho. Também iremos prosseguir na optimização administrativa e apresentar propostas de implementação dos procedimentos estreitamente relacionados com os cidadãos e as empresas, como, por exemplo, os processos de aquisição pública de bens e serviços e de assistência social.

Vamos proceder à colaboração e à prestação de apoio técnico para a revisão dos diplomas reguladores do regime de actividade hoteleira e similar (sector da restauração e bebidas), com vista à simplificação e optimização dos procedimentos administrativos de licenciamento.

Continuaremos a empenhar-nos na implementação do “*Balance Scorecard*” do Sistema de Avaliação dos Resultados/Eficácia, introduzindo um sistema de gestão da eficácia dos trabalhos desenvolvidos, com vista à intensificação do auto-aperfeiçoamento da gestão. Implementaremos o projecto-piloto do Plano sobre a Criatividade dos Funcionários Públicos no Trabalho no início de 2006, assim como iniciaremos os preparativos para a criação da Comissão do Plano de Criatividade no Trabalho, por forma a permitir aos funcionários públicos a aprendizagem dos modelos e das técnicas do pensamento criativo através da realização de várias acções, como, por exemplo, sessões de esclarecimento, no intuito de implementar os trabalhos preparatórios com vista a impulsionar os planos traçados numa fase inicial. Tanto o pessoal de atendimento ao público como o pessoal administrativo interno podem apresentar, com base nas suas próprias experiências, propostas inovadoras relativas ao actual funcionamento administrativo, nomeadamente, as medidas do serviço *One Stop*, com o objectivo de alcançar a optimização do funcionamento administrativo nas suas várias vertentes e níveis, bem como a elevação da dedicação e do sentimento de pertença relativamente ao trabalho. Além disso, iremos dar continuidade à promoção do Sistema de Certificação Internacional de Gestão de Qualidade ISO, assim como melhorar o nível de prestação dos serviços dos auditores internos através da organização de acções de formação e prática.

2.2 Estrutura Administrativa

Conciliando a sinergia e a inteligência a nível interno e externo na construção do sistema, envidaremos esforços para impulsionar a reforma das atribuições. Procederemos à revisão das atribuições dos diversos serviços públicos e optimizaremos a distribuição das funções, através da criação de uma estrutura funcional adequada para a divisão de tarefas e do seu mecanismo de coordenação, com vista a aperfeiçoar o mecanismo de mobilidade dos recursos humanos, e com o recurso às técnicas electrónicas procuraremos combater a falta de uniformidade na execução das políticas, bem como reduzir a sua descoordenação.

De acordo com o inquérito sobre reforma das atribuições realizado no ano passado pela Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, vários serviços públicos irão iniciar ou planeiam efectuar uma reestruturação. Por isso, iremos efectuar uma análise mais profunda das funções desses serviços e seu acompanhamento, assim como será elaborado parecer sobre as propostas de reestruturação com vista à optimização das respectivas estruturas.

Olhando para a macroestrutura organizacional na globalidade, iremos reforçar as acções relativas à reestruturação de serviços individualmente considerados. Nesta base serão criados, de acordo com as necessidades reais, grupos de trabalho especializados entre serviços, intensificando as funções coordenativas e de acompanhamento do reajustamento das atribuições entre os serviços públicos, com o objectivo de atingir de forma gradual a optimização plena das estruturas públicas.

Vamos impulsionar intensamente a reorganização das atribuições do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e dos restantes serviços públicos, no sentido de introduzir ajustamentos às atribuições relativas ao desporto, cultura, obras públicas, transportes e cadastro, tendo em particular atenção a reorganização das atribuições nos domínios do tráfego rodoviário e transportes, bem como as respectivas estruturas.

No próximo ano, continuaremos a aperfeiçoar os “Princípios para a Avaliação da Razoabilidade das Estruturas Orgânicas”, dando início à revisão das Bases Gerais da Estrutura Orgânica da Administração Pública de Macau, assim como iremos elaborar instruções de trabalho para a optimização das estruturas, dando também início à racionalização na criação de cargos.

3. Reforma do Ordenamento Jurídico da Função Pública e Elevação do Nível de Qualidade dos Servidores Públicos

3.1 Regime Jurídico da Função Pública

A revisão sistemática do Regime Jurídico da Função Pública irá permitir o reforço da gestão dos funcionários públicos, assim como concorrerá para uma maior justiça e regulamentação em diversas vertentes tais como, a admissão e desligação dos funcionários, as acções de formação, a progressão e regressão, a reconversão profissional e a aposentação, com vista a elevar o moral e dinamismo, reforçar a coesão e consolidar a estabilidade dos funcionários públicos. Ao mesmo tempo, procura-se, através das diversas inovações e da gestão humanizada, aumentar o nível de exigência relativamente ao desempenho dos trabalhadores, executar as acções governativas de acordo com a lei e prestar serviços com alta qualidade e eficiência aos cidadãos.

Vamos aperfeiçoar o regime de regulamentação dos titulares de cargos públicos nos seus vários níveis, no sentido de prever expressamente os seus poderes, responsabilidades e deveres, melhorar as normas relativas à assunção de responsabilidades, bem como intensificar a responsabilização pela execução das acções governativas.

Vamos prosseguir com a revisão e o aperfeiçoamento da implementação do novo Regime de Avaliação do Desempenho e, na sequência dos ajustamentos nos vencimentos e nas pensões de aposentação e de sobrevivência dos trabalhadores da Administração Pública e com base na eficácia das acções desenvolvidas, vamos proceder, no próximo ano, de forma faseada e de acordo com os planos traçados, à conclusão da elaboração ou à revisão dos seguintes projectos entre outros: o Estatuto do Chefe do Executivo e dos Titulares dos Principais Cargos da Região Administrativa Especial de Macau, o Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia, as novas carreiras de pessoal jurídico especializado e de pessoal de tradução jurídica, a reclassificação e reconversão profissional, o regime disciplinar, o regime contratual, o regime de recrutamento, o regime de assistência médica, o regime de formação, o regime de concurso e de acesso, o regime do prémio, as carreiras de pessoal, o regime de férias, faltas e licenças sem vencimento, o regime do horário de trabalho e tempo de serviço, o regime de ajudas de custo e das despesas de transporte e o regime remuneratório e de abonos.

Também iremos promover, no próximo ano, o Regime de Previdência dos Trabalhadores da Função Pública, cujos destinatários abrangem não só todos os novos trabalhadores que venham a ser admitidos após a implementação desse diploma, como também aqueles que tenham sido já providos em regime de contrato ou de assalariamento no actual regime. A concretização do Regime de Previdência irá aprofundar a reforma do actual ordenamento da Função Pública, o que responderá melhor às tendências de desenvolvimento da modernização da Administração Pública e proporcionará uma salvaguarda para a vida dos trabalhadores após aposentação.

3.2 Formação dos Trabalhadores da Função Pública

Vamos melhorar as acções de formação e reforçar a avaliação da sua eficácia em função dos cargos e resultados na avaliação do desempenho dos trabalhadores da Função Pública, dando continuidade à organização de cursos de formação obrigatória, específica, profissional e outros cursos de formação especial. Intensificaremos a cooperação com instituições de formação da China Continental e do estrangeiro, realizaremos acções de formação, seminários, *workshops* e colóquios e reforçaremos os conhecimentos sobre o estado da Nação, a responsabilização, a gestão administrativa, as actividades operacionais, línguas e tradução, quer no domínio dos conhecimentos quer das técnicas. Ao mesmo tempo, iremos consolidar o conceito de “servidor público” e a cultura organizacional moderna para o aumento do nível de qualidade do pessoal em geral.

As principais acções de formação para o próximo ano consistem essencialmente em: prosseguir o Curso de Administração e Gestão Chinesa em colaboração com o Instituto Nacional de Administração da China, continuar a organizar, conjuntamente com o Instituto de Administração de Guangdong, Acções de Estudo e Conhecimento da Situação do País para a formação dos quadros médios do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, realizar o Curso de Desenvolvimento das Técnicas de Gestão para os técnicos e adjuntos-técnicos, intensificar o mecanismo de divulgação de acções de formação sobre o Regime Jurídico da Função Pública e aumentar a capacidade dos funcionários públicos na interpretação correcta e aplicação da lei.

Vamos dar continuidade à realização de diversos cursos de formação específica, nomeadamente o Curso de Protocolo Diplomático, o Curso de Formação em Assuntos Consulares e o Curso de Formação de Porta-Voz, assim como à organização do Programa de Formação para o Pessoal de Atendimento ao Público destinados aos novos funcionários admitidos para a prestação de serviços de atendimento.

Prosseguiremos, não só, a organização do Curso de Formação Essencial para os Trabalhadores da Função Pública destinado aos funcionários públicos em exercício de funções e aos novos funcionários, como também realizaremos os diversos cursos de formação profissional, de formação linguística, nomeadamente os cursos de Língua Chinesa, Portuguesa e Inglesa, e de formação na tradução.

Iremos intensificar a formação profissional nos postos de trabalho e o destacamento de pessoal para organismos competentes no exterior, com vista à organização de intercâmbios. Vamos proceder à promoção da cultura de auto-valorização e aprendizagem contínua, disponibilizar uma grande variedade de materiais de ensino electrónicos, criar uma plataforma de aprendizagem através da *internet*, produzir discos compactos para uso didáctico, bem como encorajar a formação individual dos funcionários públicos, ajudando-os a estudar ao seu próprio ritmo.

3.3 Recursos Humanos

Tomando por referência as experiências recolhidas na prestação de apoio aos órgãos judiciais para o recrutamento unificado de oficiais de justiça judicial e do Ministério Público em 2005, e com base no reforço das funções da bolsa de emprego, vamos ampliar e melhorar cada vez mais as funções do mecanismo de recrutamento central e o respectivo modelo, através da consolidação das experiências anteriormente colhidas em conjugação com a aprovação de diplomas. Vamos proceder também ao estudo da aplicação gradual desse mecanismo nas referidas carreiras, além de aumentar a eficácia na coordenação do recrutamento central e dos recursos humanos.

Prosseguiremos com o impulsionamento do plano de integração do sistema, relativo à base de dados dos recursos humanos, do sistema de gestão das acções de formação e do sistema de gestão do pessoal, no intuito de se criar somente um sistema central de gestão do pessoal. Com base na conclusão do novo desenvolvimento do sistema de acções de formação, iremos realizar, em primeiro lugar, a integração do sistema da base de dados dos recursos humanos e o ajustamento progressivo da respectiva estrutura e funcionamento.

Através da implementação do novo regime de avaliação do desempenho, serão dados passos tendentes à concretização das medidas de formação e mobilidade do pessoal, de forma a conhecer bem os trabalhadores e empregá-los adequadamente, com vista a uma melhor distribuição do pessoal. Vamos intensificar as funções da base de dados dos recursos humanos, aprofundar a análise dos cargos desempenhados e proporcionar dados de referência acerca das carreiras, das categorias e da proporcionalidade das remunerações. De acordo com os planos traçados, iremos desenvolver de forma gradual o laboratório de exame psicotécnico e transformá-lo num Centro de Avaliação das Aptidões dos Trabalhadores da Administração Pública. Também iremos proceder ao estudo de viabilidade da realização através da *internet* de registo e de alteração de dados na bolsa de emprego, tirando proveito da implementação da lei sobre documentos e assinaturas electrónicas.

3.4 Diálogo entre os Trabalhadores

Vamos desenvolver os nossos melhores esforços para a intensificação do diálogo, da compreensão e da interacção positiva entre os funcionários públicos, de maneira a promover o espírito de estima e ajuda mútua, melhorar as condições de trabalho, elevar o moral dos trabalhadores e manter a sua estabilidade e coesão.

Vamos aumentar o empenho no desenvolvimento de diversas acções, particularmente no que respeita à realização de várias actividades relacionadas com as carreiras e suas funções, no intuito de prestar atenção às dificuldades no trabalho e expectativas dos trabalhadores, colaborar na descoberta do fulcro dos problemas e contribuir de forma positiva com medidas de resolução. A auscultação atenta das opiniões dos funcionários públicos, nomeadamente dos agentes de autoridade, contribuirá para diminuir, através de diversos métodos, os seus problemas de *stress*

no trabalho, por forma a permitir-lhes um melhor cumprimento das suas funções e a formulação de opiniões mais construtivas para a definição de políticas e revisão dos diplomas. Iremos não só continuar a reforçar o diálogo entre os trabalhadores dos diversos serviços públicos, como também promover a permuta de experiências e aumentar o nível das actividades desenvolvidas, mediante a realização de acções de formação, intercâmbios e convívios, o que irá contribuir para uma maior cooperação entre serviços.

As comissões e reuniões organizadas em virtude do novo regime de avaliação do desempenho criam as condições favoráveis ao diálogo entre os trabalhadores dos vários níveis, pelo que iremos aprofundar, no próximo ano, a avaliação da eficácia desse regime em articulação com a implementação do regime do prémio. Atenta a existência de problemas de *stress* dos funcionários públicos, vamos realizar cursos de psicologia e ministrar-lhes técnicas para lidarem com questões do domínio psicológico, além de proceder ao estudo sobre o melhoramento do regime de assistência médica aos funcionários públicos.

3.5 Promoção da Incorruptibilidade e Colaboração nos Trabalhos de Auditoria

Iremos dar continuidade ao impulsionamento das acções inscritas neste âmbito, através de vários meios e processos, entre os quais o aperfeiçoamento dos regimes, a divulgação e educação e a fiscalização.

Vamos aplicar de forma rigorosa diversas medidas, nomeadamente o reforço das actividades educativas e de divulgação, introduzindo o ensino dessa matéria nos cursos de formação, por forma a incutir nos funcionários públicos a consciência da incorruptibilidade e imparcialidade, do conhecimento e cumprimento da lei, bem como a utilização racional dos recursos públicos. No âmbito dos regimes, vamos não só incrementar a colaboração com o Comissariado contra a Corrupção, o Comissariado da Auditoria e os serviços competentes no aperfeiçoamento dos regimes administrativo e financeiro, como também simplificar os procedimentos, aumentar a sua transparência, resolver as questões de duplicação de atribuições e aplicar de forma rigorosa o regime de supervisão e a punição de acordo com a lei.

4. Alargamento e Intensificação dos Serviços Administrativos Electrónicos e Incremento das Finalidades do Bilhete de Identidade de Residente do tipo cartão inteligente

4.1 Serviços do Governo Electrónico

Após a implementação da lei sobre documentos e assinaturas electrónicas, iniciou-se uma nova fase de desenvolvimento dos serviços electrónicos prestados ao público pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau. Os diversos serviços públicos estipulam, após a aprovação dada pela tutela, os requisitos a que devem obedecer os documentos que recebem por via electrónica, de maneira a permitir a emissão e recepção de documentos electrónicos donde conste a assinatura electrónica qualificada nos termos da lei.

No próximo ano, será lançado o serviço de certificação electrónica de pessoas singulares e de organismos privados ou públicos. Os serviços competentes irão desenvolver cada vez mais o sistema de aplicação dos certificados electrónicos, sendo que a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública e a Direcção dos Serviços de Correios irão desenvolver conjuntamente os planos de promoção da utilização de certificados electrónicos junto dos diversos serviços públicos, organizando sessões de esclarecimento, conferências técnicas e cursos de formação, envidando esforços para aumentar a utilização desses certificados. Vamos aprofundar as acções relativas ao pagamento electrónico e às propostas de aquisição pública electrónica, assim como vamos iniciar o estudo de viabilidade do pedido de recenseamento eleitoral através da *internet*.

Aprofundaremos a consolidação das infra-estruturas das redes e sistemas informáticos a fim de reforçar a partilha dos recursos. Iremos não só melhorar e incrementar de forma contínua as informações e serviços do Portal do Governo, como também iremos intensificar a função de resposta às consultas e reclamações efectuadas através da *internet* e sua eficiência, reforçando os mecanismos de actualização e de acompanhamento. Também vamos promover o sistema de expedição e acompanhamento dos documentos enviados entre serviços, encorajando-os a realizar a transmissão das informações através de documentos electrónicos. Planeamos implementar a gestão informatizada dos procedimentos internos e do pessoal, bem como o trabalho sem papel, procedendo, inicialmente, à realização de um projecto-piloto na Direcção dos Serviços de Administração e

Função Pública que será alargado de forma progressiva para os restantes serviços públicos. Vamos dar continuidade ao acompanhamento e melhoramento da Proposta de Uniformização da Codificação dos Caracteres Chineses através de Sistemas Informáticos. Também será criado um servidor informático central de utilização comum para a realização de teleconferências, assim como será iniciado o estudo sobre Estruturas de Utilização Mútua dos Serviços Administrativos Electrónicos e Critérios de Permuta dos Dados e reforçado o diálogo entre serviços.

Iremos proceder ao estudo sobre a criação do Centro de Recuperação dos Sistemas Informáticos e a implementação do regime de Auditoria dos Sistemas Informáticos da Administração Pública, para além de continuar a aumentar a segurança, estabilidade e eficácia da página electrónica da InforMac.

4.2 Bilhete de Identidade de Residente do tipo cartão inteligente

A substituição dos bilhetes de identidade de residente será prosseguida de acordo com os planos traçados, visando aumentar o número de pedidos a tratar diariamente para 800 no ano 2006, prevendo-se, deste modo, a conclusão dos trabalhos de substituição para 2007.

Continuaremos a melhorar e desenvolver as finalidades e funções do bilhete de identidade de residente através, nomeadamente, da inserção no chip informático dos dados referentes à carta de condução, cartão de estudante ou de docente e cartão de acesso a cuidados de saúde, cabendo aos serviços competentes apresentar propostas viáveis a respeito da legislação e do funcionamento em concreto. Além disso, vamos continuar a desenvolver as infra-estruturas da chave-pública do BIR do tipo cartão inteligente (nomeadamente, os certificados digitais dos bilhetes de identidade de residente), de modo a proporcionar serviços electrónicos de qualidade e simplificados aos cidadãos de Macau que sejam titulares desse tipo de cartão. Prosseguiremos, ainda, no acompanhamento das medidas relativas à deslocação a Hong Kong dos titulares do Bilhete de Identidade de Residente Permanente da Região Administrativa Especial de Macau do tipo cartão inteligente.

Atento o desenvolvimento da tecnologia de *chip* sem contacto, a Direcção dos Serviços de Identificação continuará a proceder ao estudo de viabilidade da utilização dessa tecnologia nos bilhetes de identidade de residente do tipo cartão inteligente, visto que os *chips* possuem uma grande capacidade de memória e permitem a introdução de outros programas de aplicação, tais como a carteira electrónica e os certificados electrónicos de pagamento emitidos pelas entidades certificadoras.

5. Aprofundamento da Eficácia do Desenvolvimento do Ordenamento Jurídico e Impulsionamento da Reforma Jurídica para que acompanhe o Desenvolvimento Social

5.1 Maior Empenho nas Actividades relativas ao Mecanismo Central de Reforma Jurídica

A entrada em funcionamento deste mecanismo permitiu lançar as bases para a produção e revisão jurídica dos grandes Códigos e diplomas. Assim, iremos continuar a observar atentamente o seu funcionamento, procedendo à ampla auscultação de opiniões dos diversos sectores sociais e à recolha de experiências, com vista ao progressivo aperfeiçoamento do mesmo mecanismo, adequando-o às necessidades decorrentes do desenvolvimento de actividades no futuro.

Nas próximas medidas de reforma jurídica, o Conselho Consultivo da Reforma Jurídica irá assumir com mais ênfase o seu papel de ponte de ligação no diálogo com a sociedade civil, auscultando e transmitindo de forma fiel as opiniões dos diversos sectores sociais, tirando benefícios da sabedoria colectiva e fazendo com que as diversas opiniões contribuam para a eficácia da reforma jurídica, tendo por pressuposto a defesa do interesse geral da sociedade.

Face ao rápido desenvolvimento social, as acções de produção e revisão jurídica desenvolvidas quer através do mecanismo central, quer através dos serviços especializados, devem orientar-se para o futuro, obedecer à ideia de benefício e de conveniência para os cidadãos, ultrapassar as barreiras antigas, concentrar-se na análise e estudo rigoroso dos diplomas mais estreitamente ligados à vida da população e que mais afectem a economia e a vida quotidiana dos cidadãos. Além disso, será necessário proceder à revisão e aperfeiçoamento dos regimes e diplomas obsoletos após uma ampla consulta e recolha da opinião pública.

Vamos prosseguir com as acções já iniciadas no passado e finalizar, com base nas opiniões e sugestões recolhidas nos processos de consulta, o estudo e a produção das propostas de lei relativas ao Código da Estrada e ao Regime de Previdência dos Trabalhadores da Função Pública. Simultaneamente, após os procedimentos de consulta referentes ao Código Comercial, iremos iniciar a a revisão do respectivo diploma de acordo com os resultados colhidos no processo de consulta.

No próximo ano, planeamos realizar, com base numa ampla consulta de opiniões, a revisão e o aperfeiçoamento dos grandes diplomas, tais como o Código Penal, o Código Civil, o Código de Processo Penal e o Código de Processo Civil, cujos trabalhos de coordenação decorrerão no âmbito do mecanismo central de reforma jurídica.

5.2 Aperfeiçoamento dos Diversos Diplomas e Aumento da Qualidade dos Diplomas

Iremos dar continuidade aos trabalhos de produção legislativa relativos ao artigo 23.º da Lei Básica de Macau, assim como serão realizadas amplas consultas para a auscultação de opiniões após a conclusão da elaboração da respectiva proposta de lei.

A par da aceleração da conclusão do regime jurídico das transacções imobiliárias, vamos proceder ao estudo da criação de um regime jurídico mais adequado às realidades de Macau, relativamente ao ordenamento das zonas antigas e ao desenvolvimento urbano. Esperamos que, através do estudo dos regimes jurídicos existentes em Macau e nas regiões circundantes e da auscultação de opiniões e sugestões dos diversos sectores sociais, haja uma maior implementação e concretização das acções governativas quer no âmbito da remodelação e reordenamento das zonas antigas, quer da renovação e restauração dos edifícios antigos.

Também vamos cumprir as disposições relativas à Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, tomando a iniciativa de aperfeiçoar os respectivos diplomas complementares existentes na Região Administrativa Especial de Macau, com vista a proporcionar a protecção do Património Mundial de Macau no âmbito jurídico.

Iremos acompanhar a revisão do diploma sobre o combate à criminalidade informática, do Regime Jurídico sobre a Produção, Tráfico e Consumo de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas, do Regime de Protecção Social a Menores em Situação de Risco, do Regime Jurídico da Adopção, do Regime Jurídico sobre o Controlo de Material Pornográfico, bem como do diploma relativo à segurança alimentar.

Com base numa ampla auscultação de opiniões, iremos iniciar, no próximo ano, o estudo e revisão sobre as insuficiências da lei das associações vigente, de modo a adequá-la melhor ao desenvolvimento social de Macau e suas necessidades.

Iremos aprofundar o estudo e a auscultação das opiniões dos diversos sectores sobre a actual idade de imputabilidade penal em Macau, com base nas experiências recolhidas nos processos de consulta sobre o desenvolvimento do Regime Jurídico Tutelar e Educativo dos Jovens Infractores.

A elaboração e revisão dos diplomas relacionados com a economia e a vida da população continuarão a ser uma prioridade no âmbito das acções jurídicas, tendo em conta os esforços envidados nos diversos domínios específicos para se adaptar à sua concretização. Esses diplomas prioritários irão incidir sobre o Regime do Trabalho e de Segurança Social, a reforma do Regime de Assistência Médica e do Regime Educativo, a regulação do funcionamento de equipamentos sociais, bem como da actividade hoteleira e similar, a protecção do património arquitectónico, paisagístico e cultural, assim como irão abranger a criação de serviços especializados na área das telecomunicações e trânsito e da protecção ambiental, as técnicas ambientais, a regulamentação do crédito para a reparação da habitação, o melhoramento da gestão das habitações sociais, entre outros.

Para além de acompanhar de forma continuada o aperfeiçoamento dos diplomas que complementam as acções no âmbito do acordo CEPA, prosseguiremos a cooperação com o Ministério de Justiça da China na organização dos Exames Nacionais de Avaliação dos Conhecimentos Judiciais, assim como procederemos ao estudo sobre a criação do Regime de Notários Acreditados na China Continental, com vista a adaptar-se à concretização das medidas enquadradas nesse mesmo acordo.

Vamos incrementar o intercâmbio com os serviços aos quais compete executar a lei, de forma a realizar estudos sobre os impactos produzidos após a aplicação dos diplomas, no intuito de proceder à revisão e alteração necessárias com a maior brevidade possível.

Na sequência da implementação da Lei de Prevenção, Controlo e Tratamento de Doenças Transmissíveis no ano passado, iniciaremos de forma preliminar o projecto-piloto do estudo sobre a criação de um Mecanismo de Acompanhamento de Novos Diplomas, visando assegurar a articulação estreita das várias etapas do processo de reforma jurídica, desde a produção dos diplomas, seu aperfeiçoamento, promulgação, vigência e execução, a fim de assegurar a eficácia dos diplomas implementados e proceder oportunamente à sua revisão. Iremos dar prioridade à implementação dos diplomas sobre o Juízo de Pequenas Causas Cíveis e do Código de Processo do Trabalho enquanto projectos-piloto para a recolha de mais argumentos e experiências que permitam estabelecer gradualmente o modelo de funcionamento desse mecanismo e garantir a eficiência da reforma jurídica.

Também vamos dar continuidade à implementação do mecanismo de controlo das formas comuns de expressão em chinês, convidando especialistas de tradução jurídica para realizarem estudos e apresentarem opiniões sobre as versões chinesas de diplomas locais, com o objectivo de aumentar progressivamente a clareza e o rigor das traduções para a língua chinesa.

5.3 Articulação Com os Órgãos Legislativo e Judicial

Tal como no passado, continuamos a propugnar a manutenção de um bom diálogo com a Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau, na sua terceira legislatura, obedecendo rigorosamente as disposições da Lei Básica de Macau, articulando com o órgão legislativo o cumprimento das suas funções. Com base nas relações de trabalho anteriormente estabelecidas, e pressupondo a adaptação ao desenvolvimento social de Macau, iremos aprofundar o estudo e a promoção da interacção entre os órgãos administrativo e legislativo, por forma a envidar esforços para o melhoramento do sistema jurídico regional.

A par da revisão do Código Penal, do Código Civil, do Código de Processo Penal e do Código de Processo Civil, iremos reforçar o diálogo com os órgãos judiciais e proceder à auscultação de opiniões, com vista a adequar os referidos códigos ao objectivo de simplificação das formalidades de tratamento dos processos pelos órgãos judiciais.

Continuaremos, não só, a colaborar na formação dos funcionários de justiça de acordo com as necessidades dos órgãos judiciais e no incremento do nível de eficiência, como também, prosseguiremos com a observação do funcionamento e da eficácia dos juízos especializados do Tribunal Judicial de Base, com vista a fornecer importantes referências para o aperfeiçoamento dos diplomas.

5.4 Sistematização e Investigação Jurídica

O Guia de Redacção de Diplomas Jurídicos é um instrumento que se encontra em fase de produção, o qual apresentará sugestões sobre o processo de redacção dos diplomas, a uniformização das expressões utilizadas, a simplificação dos procedimentos e as técnicas de produção jurídica. Após um maior aperfeiçoamento desse Guia, iremos disponibilizá-lo de forma adequada ao pessoal de produção jurídica dos diversos serviços públicos para servir de referência, com o objectivo de elevar o nível de qualidade e de eficácia na elaboração dos diplomas.

Realizámos no início do corrente ano uma edição revista intitulada Glossário Jurídico Chinês-Português/Português-Chinês, cujo número total de termos e expressões foi aumentado para mais de 15 000, tendo-lhe sido acrescida a função de consulta dos mesmos em língua portuguesa partindo da língua chinesa. Para além da publicação da sua versão em papel, esse Glossário foi disponibilizado aos cidadãos através da *internet* para lhes permitir a realização de consultas através da *internet* ou do seu *download*, para maior conveniência das pessoas envolvidas nos trabalhos de tradução jurídica ou de investigação do Direito. Paralelamente, definimos um mecanismo de revisão que consiste na recolha de termos e expressões utilizados pelos trabalhadores da área de tradução jurídica e pelos juristas no seu trabalho, e na actualização da versão disponibilizada para a consulta através da *internet*, após a necessária sistematização e ponderação. Posteriormente, procederemos à revisão da versão impressa do Glossário, depois de recolhido um número considerável de novos termos ou expressões.

Iremos intensificar as acções de investigação e de sistematização das leis de Macau, no intuito de enriquecer os conteúdos necessários ao desenvolvimento de estudos sobre a legislação local. Vamos prosseguir a produção e distribuição da 6.^a série do CD-ROM “Legislação da Região Administrativa Especial de Macau - 2005”, o qual irá conter os diversos diplomas publicados no Boletim Oficial desde a data de estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau até ao dia 31 de Dezembro de 2005. Em função das circunstâncias, continuaremos a disponibilizar na *internet* a legislação vigente que satisfaça as disposições da Lei Básica de Macau, de maneira a melhorar cada vez mais o serviço de disponibilização de informações jurídicas através da *internet*.

6. Acções de Formação e Constituição de uma Reserva do Pessoal da Área do Direito. Prossecução das Acções de Divulgação e Generalização do Direito

6.1 Formação do Pessoal da Área do Direito

De acordo com os dados recolhidos, dispomos actualmente de cerca de duzentas pessoas detentoras de licenciatura em Direito a prestar serviço nos organismos públicos da Região Administrativa Especial de Macau, dos quais só uma parte exerce funções na área jurídica. No entanto, objectivamente, deve-se reconhecer que o crescimento em quantidade não significa que esse pessoal tenha a experiência necessária para o exercício de funções na área do Direito. A causa desta realidade deve-se ao facto de que no passado não se ter dado a atenção necessária e indispensável à formação e gestão específica do pessoal da área jurídica. Face a este panorama, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau, a par do estabelecimento do objectivo central de reforma jurídica, decidiu criar e actualizar de forma regular e sistemática uma base de dados de juristas. Os trabalhos preparatórios para este objectivo já foram iniciados.

Os serviços competentes do Governo, nomeadamente o Gabinete para a Reforma Jurídica, a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça, o Centro para a Formação Jurídica e Judiciária e a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, sob a coordenação do mecanismo central de reforma jurídica, irão promover um inquérito abrangente sobre o pessoal da área jurídica existente

actualmente na Região Administrativa Especial de Macau. Com uma gestão de pessoal sistematizada e regular, pretendemos ter um conhecimento concreto das especialidades e experiências desses trabalhadores. Só assim podemos colocá-los de forma flexível, de modo a assegurar com eficácia que fiquem ao serviço das necessidades da Região Administrativa Especial de Macau, no âmbito da reforma jurídica. Com base nos dados apurados, independentemente de os trabalhadores de formação jurídica estarem ou não a exercer funções na área do Direito, desde que estejam dispostos a servir a Região Administrativa Especial de Macau, no respeito das suas aspirações e tendo em consideração o interesse da Região Administrativa Especial de Macau, iremos lançar de forma programada acções de formação específica cujos destinatários serão esses mesmos trabalhadores. O Governo irá criar mais oportunidades para o seu desenvolvimento de molde a adquirirem uma maior experiência. Os que revelarem potencialidades e demonstrarem possuir qualidades de dedicação e afinco serão seleccionados para serem objecto de formação prioritária, com vista a que no futuro estejam aptos a dar o seu contributo para a realização do princípio “Macau governado pelas suas gentes” e a construção do sistema jurídico da Região Administrativa Especial de Macau.

Dada a situação de grave carência em que vive a Região Administrativa Especial de Macau na área dos técnicos de produção jurídica e atendendo a que a maioria desses técnicos em funções na Administração não possui a necessária experiência, iremos promover um sistema de formação prática que engloba três vertentes: recurso a orientadores, cursos profissionais e colocação centralizada dos técnicos de produção jurídica, para aliviar os efeitos de falta de recursos humanos. Iremos, ainda, rever as condições dos orientadores e os parâmetros de avaliação de resultados, com vista a elevar a eficácia das acções de formação.

Iremos constituir grupos de trabalho ou grupos de trabalho inter-serviços para intervir em iniciativas legislativas específicas, convidar especialistas, locais ou do exterior, para contribuírem nas tarefas de produção legislativa, por forma a que os técnicos locais apreendam as técnicas de redacção de normas, em todas as fases do processo legislativo. Iremos, também, recrutar autoridades com conhecimentos especializados na área das iniciativas legislativas específicas para ministrar aulas em cursos de técnica legislativa.

A formação jurídica é uma prioridade permanente no âmbito das políticas do Governo da Região Administrativa Especial de Macau. Só dispondo de um corpo de juristas qualificados e em número suficiente, é que podemos garantir as bases sólidas para a construção do sistema jurídico e para a reforma jurídica da Região Administrativa Especial de Macau. Os destinatários privilegiados destas acções de formação serão os quadros locais.

Tendo em atenção a realidade de Macau, as acções de formação jurídica irão ser desenvolvidas ao ritmo do desenvolvimento social e acompanhando as necessidades de reforma jurídica, subordinadas aos princípios da regularidade, especificidade e flexibilidade. Pretendemos, com esta abordagem, constituir um corpo de juristas necessário ao desenvolvimento a longo prazo da Região Administrativa Especial de Macau e responder, oportunamente, às solicitações em matéria de produção legislativa e procura de recursos humanos qualificados.

Para o próximo ano, as acções de formação jurídica específica estarão direccionadas para quatro categorias de destinatários, designadamente, trabalhadores de Administração Pública, funcionários dos serviços de registo, dos órgãos judiciais e, ainda, licenciados da sociedade civil da área de Direito. Essas acções incluem cursos de reciclagem e de aprofundamento de conhecimentos de carácter contínuo e outros promovidos para responder às necessidades no âmbito da reforma jurídica.

Tal como no passado, as acções de formação jurídica promovidas pelo Governo irão estender-se a pessoas que na sociedade civil trabalham na área de Direito, incluindo a realização de cursos especiais a pedido da Associação dos Advogados de Macau destinados a pessoas que pretendem obter a qualificação de advogado estagiário, assim como a organização de cursos de formação para os notários privados.

Para elevar o nível de compreensão da legislação recém-publicada, iremos promover, oportunamente, actividades de formação que tenham como conteúdo principal a legislação mais recente, com vista a assegurar a sua plena aplicação e a realização dos seus fins. Os diplomas em causa incluem o Regime de Previdência dos Trabalhadores da Função Pública, a Lei da Protecção de Dados Pessoais, o Código da Estrada, o Código Comercial e o Regime Jurídico da Exploração de Jogos de Fortuna ou Azar em Casino.

No próximo ano, em resposta às necessidades sentidas, iremos continuar a consolidar as redes e os modelos de cooperação estabelecidos. Após aturados esforços da Região Administrativa Especial de Macau, o programa de cooperação com a União Europeia destinada à formação de quadros jurídicos locais mereceu aprovação da União, pelo que o mesmo irá manter-se. Para além do prosseguimento dos programas existentes, iremos promover em conjunto com a União Europeia acções de formação de tradutores das vertentes chinês/português e chinês/inglês. Nesta base, a Região Administrativa Especial de Macau irá também estudar com a União Europeia a viabilidade de desenvolver programas de formação em outras especialidades.

6.2 Divulgação e Generalização do Direito

As acções de divulgação e generalização do Direito serão desenvolvidas com maior amplitude e profundidade, com recurso a abordagens que vão ao encontro das tendências dos nossos tempos. Procuraremos introduzir mais inovações nessas acções, as quais além do seu conteúdo generalista, irão também debruçar-se, particularmente, sobre legislação importante que interesse à população. As actividades neste âmbito seguirão as linhas de orientação e fins a seguir expostos:

- 1) continuar-se-á a promover de forma diversificada a Lei Básica na China Continental e em Macau, em colaboração com as associações, organismos e escolas;
- 2) avaliar-se-ão os trabalhos de divulgação jurídica nas várias zonas da cidade e concretizar-se-á o projecto “Estudo das Tendências de Divulgação Jurídica”. Analisados os resultados do estudo, serão tomadas, gradualmente, medidas para aperfeiçoar as metodologias de divulgação;
- 3) continuar-se-á a aprofundar o diálogo com as associações e a população, com vista a elevar a eficácia das acções de generalização do Direito; assimilando o *feedback* sobre a aplicação dos diplomas, acompanhar-se-á constantemente a divulgação dos diplomas publicados e promover-se-á atempadamente os diplomas recém publicados;
- 4) ensaiar-se-ão outras abordagens para aumentar os conhecimentos jurídicos da população estudantil, para além das acções actualmente empreendidas junto das escolas;
- 5) prosseguiremos o projecto “Pioneiros da Divulgação Jurídica” que conta com a participação de jovens. Avaliados os resultados, consideraremos a renovação ou o aprofundamento do projecto.

7. Promoção das Actividades Desenvolvidas no Âmbito da Cooperação Judiciária. Aperfeiçoamento das Acções Realizadas na Área do Direito Internacional

No exercício dos poderes delegados pelo Governo Central e com o seu apoio, iremos continuar a desenvolver as actividades quer no âmbito da cooperação judiciária, quer do Direito Internacional.

Acompanharemos os resultados concretos do Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal, do Acordo sobre o Reconhecimento e Execução Recíprocos das Decisões Judiciais em Matéria Civil e Comercial e do Acordo sobre o Reconhecimento e Execução Recíprocos das Decisões Arbitrais estabelecidos com a China Continental e a Região Administrativa Especial de Macau.

Vamos continuar a acompanhar os resultados no âmbito do Acordo sobre os Pedidos Mútuos de Citação e Notificação de Actos Judiciais em Matéria Civil e Comercial entre a Região Administrativa Especial de Hong Kong e a Região Administrativa Especial de Macau, Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal entre a Região Administrativa Especial de Hong Kong e a Região Administrativa Especial de Macau e o Acordo de Reconhecimento e Execução Recíprocos das Decisões Judiciais em Matéria Civil e Comercial entre a Região Administrativa Especial de Hong Kong e a Região Administrativa Especial de Macau.

No âmbito do combate ao branqueamento de capitais e ao terrorismo, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau tem desenvolvido as suas acções através da elaboração de instruções de acordo com as normas internacionais, nomeadamente as várias convenções e resoluções das Nações Unidas e as recomendações do Grupo de Acção Financeira contra o Branqueamento de Capitais (*FATF*) nessa matéria, para além de manter, como membro activo, uma relação estreita com a Organização de Combate ao Branqueamento de Capitais da Região Ásia-Pacífico (*APG*). Com base nas referidas acções, e de acordo com as realidades locais, foram já elaboradas e apresentadas duas propostas de lei relativas à Prevenção e Repressão do Crime de Branqueamento de Capitais e à Prevenção e Repressão do Crime de Terrorismo à Assembleia Legislativa, tendo em vista alcançar, tal como no passado, uma colaboração estreita com o órgão legislativo para o aperfeiçoamento dos diplomas no seu processo de apreciação.

Após a aprovação das referidas propostas de lei, vamos melhorar e acelerar a instalação dos equipamentos complementares de *software* e *hardware*, de forma a adoptar medidas eficazes de combate ao branqueamento de capitais e ao terrorismo.

Em resposta às necessidades sentidas no âmbito da actividade de cooperação judiciária entre Macau e outros países, após uma vasta auscultação de opiniões, concluiremos em breve a proposta de lei relativa à Cooperação Judiciária em Matéria Penal e os contactos de consulta com os Governos das Filipinas e a Tailândia sobre o Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas.

No domínio do Direito Internacional, iremos continuar a desenvolver e acompanhar os seguintes objectivos:

- 1) recolher e estudar as normas emitidas pelas organizações internacionais aplicáveis a Macau e acompanhar a sua integração no sistema jurídico da Região Administrativa Especial de Macau. Preparar ou auxiliar os serviços competentes a redigir os projectos legislativos necessários;
- 2) participar nas actividades respeitantes às novas convenções internacionais na qualidade de membro da delegação da República Popular da China e analisar o cumprimento das convenções vigentes;
- 3) realizar os trabalhos preparatórios, promover e assegurar a adesão da Região Administrativa Especial de Macau às organizações internacionais e regionais;
- 4) promover ou coordenar os preparativos de elaboração de relatórios, designadamente os exigidos pelos tratados no âmbito das Nações Unidas; preparar a documentação para responder às questões levantadas pelos organismos internacionais, nomeadamente a Conferência de Haia de Direito Internacional Privado; providenciar informações da área de Justiça solicitada pelas organizações internacionais;
- 5) acompanhar as tarefas de publicação dos instrumentos jurídicos internacionais e regionais aplicáveis à Região Administrativa Especial de Macau;
- 6) coordenar a actividade no âmbito da cooperação judiciária entre a Região Administrativa Especial de Macau e a União Europeia;
- 7) prosseguir a preparação de estudos respeitantes a questões práticas de tramitação na aplicação de tratados internacionais concretos;

- 8) dar continuidade aos trabalhos de investigação e recolha sistemática de informações, com vista à criação de uma base de dados de legislação de Direito Internacional aplicável à Região Administrativa Especial de Macau;
- 9) criar um Centro de Documentação de Direito Internacional e Direito Comparado;
- 10) disponibilizar, através da *internet*, os acordos multilaterais aplicáveis em Macau e aumentar gradualmente os conteúdos informáticos sobre os acordos assinados pela Região Administrativa Especial de Macau, com vista ao incremento das informações disponíveis na *internet* no âmbito do Direito Internacional.

8. Implementação do Conceito “Servir Melhor o Público”. Aperfeiçoamento dos Serviços no Âmbito dos Assuntos Cívicos e Municipais

8.1 Assuntos Cívicos e Municipais e Qualidade de Vida da População

8.1.1 Reforço das Acções de Inspeção Sanitária e Controlo das Condições Higiénicas dos Alimentos, Fiscalização do Funcionamento do Mercado Abastecedor e Aperfeiçoamento Gradual dos Diplomas Normativos

É nosso propósito continuar a aperfeiçoar as medidas no âmbito de análise laboratorial e de inspeção sanitária dos alimentos importados sob controlo, com vista a garantir a segurança do seu consumo pelos cidadãos. Para efeitos de aplicação do Protocolo de Cooperação no Âmbito de Análise Laboratorial, Inspeção Sanitária e Segurança Alimentar celebrado entre a Direcção-Geral de Controlo de Qualidade e Inspeção Sanitária da República Popular da China e a Região Administrativa Especial de Macau em 2004, iremos intensificar os contactos e a ligação com este organismo e o Ministério do Comércio, designadamente no reforço do mecanismo de comunicação e de troca de informações e da coordenação das medidas de resposta às situações de emergência. Estamos a planear o estabelecimento de um mecanismo de comunicação rápida com o Ministério da Agricultura para efeitos de controlo das espécies animais e avícolas e produtos frescos, a fim de garantir um nível mais elevado de segurança alimentar.

Iremos reforçar o intercâmbio e a cooperação técnica no âmbito da segurança alimentar com outras entidades competentes, locais e do exterior, na área de inspecção sanitária, apresentar pareceres técnicos sobre a segurança de alimentos aos serviços competentes e desenvolver outros trabalhos julgados necessários. Iremos também divulgar junto do público conhecimentos gerais sobre a higiene e segurança dos alimentos, bem como intensificar a fiscalização das condições sanitárias dos locais de abate de aves no mercado abastecedor e melhorar o equipamento usado, a fim de prevenir, em conjugação de esforços com todos os cidadãos de Macau, a possibilidade de eclosão da epidemia da gripe das aves.

Iremos continuar a reforçar a supervisão do funcionamento do mercado abastecedor e a inspecção sanitária da fruta, legumes, ovos e aves ali vendidos, garantindo assim a segurança dos géneros alimentícios frescos. Iremos, ainda, auxiliar e incentivar a sociedade gestora do mercado abastecedor a atrair novos operadores, com vista a elevar a concorrência e a vitalidade do mercado, beneficiando, assim, a população.

Pretendemos, igualmente, realizar estudos, aperfeiçoar e aplicar um conjunto de diplomas normativos da área de assuntos cívicos e municipais, nomeadamente regulamentos que incidam sobre a administração dos mercados, vendilhões e feiras, estabelecimentos de venda de comida “*take-away*”, esplanadas, estabelecimentos de fornecimento de refeições, estabelecimentos de produção de géneros alimentícios perecíveis, estabelecimentos que detêm animais e actividades e clínicas veterinárias.

8.1.2 Ampliação das Funções dos Edifícios dos Mercados Municipais e Aperfeiçoamento do Mecanismo de Gestão da Actividade de Vendilhões

Com o objectivo de melhorar e ampliar o equipamento e as instalações urbanas das zonas antigas da cidade, o Governo tem nos seus planos o aperfeiçoamento contínuo do equipamento em uso e das condições sanitárias nos mercados municipais, nomeadamente através da realização das obras de reconstrução do Mercado S. Lourenço e do Mercado Ribeira do Patane. As novas instalações desses dois mercados disporão de um parque de estacionamento e equipamento para actividades culturais e recreativas, pelo que estarão em condições para oferecer um

conjunto variado de serviços à população, contribuindo para melhorar a situação de carência de facilidades nas zonas antigas. Em resposta ao desenvolvimento urbano de Macau e às necessidades dos cidadãos, iremos estudar a viabilidade da construção de um complexo comercial no Porto Exterior para facilitar os que querem fazer compras.

Iremos fazer uso de sistemas avançados de patrulhamento e fiscalização a fim de acompanhar e tratar, oportunamente, os problemas detectados, elevando assim a eficácia dessas actividades. Iremos melhorar as instalações dos espaços reservados à venda de géneros alimentícios e zonas dos vendilhões e estudar soluções para elevar a eficácia da sua exploração. Iremos também autorizar a instalação de feiras e zonas provisórias de venda de artesanato em locais apropriados.

8.1.3 Aperfeiçoamento dos Serviços Cívicos e Municipais e Elevação da Eficácia e Rigor das Análises Laboratoriais

Para efeitos de elevação da qualidade dos serviços prestados, o Centro de Serviços do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais irá potenciar as funções do sistema de gestão dos utentes, a fim de oferecer um serviço personalizado aos cidadãos e implementar o projecto de serviço de “duplo sentido”. Continuaremos a aperfeiçoar os mecanismos de supervisão dos serviços, otimizar os circuitos de trabalho nos balcões e distribuir de forma flexível os recursos aí colocados, a fim de reduzir o tempo de tramitação dos assuntos e de espera dos utentes. Aproveitaremos racionalmente as vantagens do centro de atendimento telefónico “inteligente”, ampliando o serviço telefónico nas áreas que mais afectam a vida da população, bem como as potencialidades do sistema informático do centro para otimizar os serviços, em resposta às necessidades do público.

Iremos acompanhar e aperfeiçoar os trabalhos de licenciamento administrativo. Vamos incrementar a formação dos trabalhadores, com vista a elevar a eficiência e a qualidade dos trabalhos de licenciamento administrativo. Iremos instalar mais painéis em lugares públicos a fim de controlar melhor a afixação dos cartazes publicitários. Desenvolveremos acções de fiscalização das garagens e daremos apoio a este sector de actividade, nos termos do regulamento do licenciamento e funcionamento de oficinas de reparação de veículos motorizados.

No âmbito da gestão e conservação dos cemitérios públicos, procederemos à concessão a entidades privadas de alguns serviços que ficarão sujeitos a supervisão reforçada.

Continuaremos a envidar esforços não só para alargar o âmbito dos serviços passíveis da certificação ISO, mas também para manter essa qualificação em relação aos serviços já certificados. Planeamos apresentar no próximo ano a candidatura do Centro de Inspeção de Veículos, o serviço de fiscalização de mercados e o centro de arquivos e documentação para a certificação ISO. Vamos integrar mais serviços no projecto “Carta de Qualidade” e adoptar métodos eficazes para avaliar e aperfeiçoar regularmente a qualidade dos serviços. Daremos continuidade à recolha de opiniões e o registo das aspirações dos cidadãos e acompanharemos o tratamento dos casos por estes levantados.

Iremos adquirir equipamento de ponta para a realização de análises e adoptar metodologias que garantam resultados rápidos, com vista a elevar a eficácia e o rigor dos testes. Continuaremos a prestar apoio aos trabalhos de fiscalização sanitária, aperfeiçoaremos os sistemas vigentes e aumentaremos as acções de formação dos trabalhadores. Vamos envidar mais esforços para manter a certificação ISO e oferecer serviços de análise consentâneos com as exigências de padrões internacionais.

Dado que o actual Centro de Inspeção de Veículos já não dispõe de condições para fazer face a todas as solicitações de serviços e uma vez que os departamentos técnicos do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais estão desconcentrados pela cidade, estamos a planear a construção de um complexo de serviços técnicos para enfrentar as necessidades crescentes em matéria de inspeção de veículos, bem como a coordenação da utilização de recursos nos diversos serviços técnicos. Também estamos a planear a instalação de um centro comunitário, uma piscina, um campo desportivo e um silo no edifício do centro de serviços, para proporcionar maior conveniência aos cidadãos e disponibilizar mais espaço para os serviços municipais.

8.1.4 Reforço da Fiscalização dos Táxis e Elevação da Qualidade do Serviço Prestado

Vamos prosseguir a política de emissão de novas licenças de táxis e assegurar a sua fiscalização para que estes iniciem a sua actividade dentro do prazo estipulado, bem como procederemos, oportunamente, à revisão da forma como estes operam e efectuaremos o supervisionamento global do serviço de todos os táxis de Macau.

Com base nos resultados obtidos ao longo de 2005, iremos dar continuidade ao Curso de Formação Integrada dos Motoristas de Táxi e promover actividades sobre a qualidade do serviço de táxi, com vista a melhorar mais a sua qualidade e a divulgar a imagem de Macau enquanto Cidade de Turismo. Para este fim, vamos aumentar a divulgação de informações concernentes e os meios de apresentação de queixas junto dos turistas, nomeadamente a criação de uma linha de reclamações, bem como constituir uma equipa permanente de inspecção, com competência para fiscalizar o serviço prestado pelos táxis. Esta equipa irá actuar, designadamente, nas estações de táxi, nos locais de maior afluência turística. Em caso de necessidade, a equipa actuará em conjunto com as forças policiais para realizar operações de combate às infracções cometidas no âmbito daquela actividade.

8.2 Actividades Recreativas e Desportivas Programadas Pelo IACM

8.2.1 Protecção Ambiental e Utilização Racional dos Recursos e Reciclagem de Resíduos Sólidos de Natureza Alimentar

Proseguiremos a divulgação do projecto de classificação, separação e recolha de lixo reciclável, organizando actividades para generalizar junto do público conhecimentos e a consciência da necessidade de separar o lixo produzido. Iremos instalar, gradualmente, nos prédios e edifícios equipamento que permita a separação do lixo. Iremos sujeitar os pneus em desuso acumulados em Macau ao tratamento de trituração e estudaremos a possibilidade de aproveitar os fragmentos desses pneus, misturando-os com outras substâncias para constituir um novo tipo de material de construção que possa ser usado nas obras.

Iremos lançar estudos para avaliar a viabilidade de fazer a reciclagem de resíduos sólidos de natureza alimentar em Macau. Actualmente, dois dos nossos mercados municipais já dispõem de máquinas de compactação para tratar diariamente parte dos resíduos orgânicos produzidos que posteriormente será utilizada para a adubagem das zonas verdes. Nesse sentido, estamos a estudar a possibilidade de estender o projecto de reciclagem de resíduos de natureza alimentar aos estabelecimentos de restauração, aliviando assim a pressão para tratar um volume cada vez maior de lixo.

8.2.2 Construção de mais Depósitos de Lixo e Melhoria das Condições Sanitárias das Ruas

Tendo em vista o objectivo de melhorar as condições sanitárias das vias públicas e tornar a cidade mais limpa, estamos a estudar a possibilidade de aproveitar todos os espaços urbanos disponíveis no sentido de construir cerca de 60 depósitos de lixo fechados debaixo dos viadutos, nas instalações de distribuição de electricidade em desuso ou zonas ajardinadas e lugares destinados ao descanso e lazer. Uma vez instalados esses depósitos, estaremos em condições para reduzir em cerca de metade (600) os contentores de lixo distribuídos pelas ruas da península de Macau, melhorando, assim, as condições sanitárias da cidade e libertando mais espaço para os utilizadores das vias públicas. Iremos estudar soluções viáveis para reduzir os restantes contentores nas ruas. Para o bem do desenvolvimento turístico de Macau, vamos prosseguir a melhoria das instalações sanitárias públicas e construiremos mais sanitários públicos em zonas mais necessitadas.

8.2.3 Estudo e Investigação dos Recursos Naturais e Implementação do Projecto de Conservação da Natureza e Realização de Acções de Divulgação e Sensibilização

Iremos proteger os recursos naturais e estudar as condições ecológicas da Região Administrativa Especial de Macau, pelo que iremos pôr em prática o projecto de conservação da Natureza e realizar um conjunto de actividades de divulgação e sensibilização, desenvolvendo esforços para preservar as espécies valiosas e contribuir para a diversidade biológica. Encetaremos medidas para proteger e estudar as zonas arborizadas, jardins, florestas e espaços verdes de Macau e realizaremos estudos para proteger e aproveitar os nossos recursos hídricos naturais.

Para efeitos de conservação do património físico e humano de Macau e desenvolvimento do seu espólio biológico, vamos não só dar continuidade às medidas de protecção das árvores antigas, de acordo com as suas características e estado de crescimento, como também vamos auscultar as opiniões e sugestões dadas pelos especialistas e definir os objectivos e os planos de curto, médio e longo prazo, no intuito de conciliar o crescimento das árvores com o desenvolvimento social acelerado. Em 2006, iremos realizar um estudo global de todas as árvores antigas de Macau, aplicando medidas de preservação da sua saúde e de erradicação de espécies animais nocivas, poda e fortalecimento. Nesse sentido criaremos de forma cabal e científica uma base de dados periodicamente actualizada sobre as árvores nas vias públicas, assim como promoveremos o intercâmbio técnico e científico com especialistas em botânica, com vista a elevar os conhecimentos do nosso pessoal técnico.

Vamos, ainda, proceder à recolha de amostras de espécies biológicas daninhas para as plantas e o equilíbrio ecológico, para efeitos da sua identificação, classificação, prevenção e intercâmbio de informações científicas. Realizaremos um estudo sistemático da distribuição e classificação das espécies florais da Região Administrativa Especial de Macau.

No plano da divulgação e sensibilização, iremos organizar ou colaborar na realização de passeios e visitas de estudo guiadas pelas zonas ecológicas. Iremos continuar a gerir a sala de exposições e projecção e o Museu dos Solos e da Natureza e promover a produção e a exposição de espécies da Natureza, por forma a valorizar os recursos naturais e preservar os símbolos da fauna e flora com valor pedagógico e de educação cívica.

8.2.4 Conservação da Natureza e Reforço das Acções de Criação de Espaços Verdes

Iremos elaborar um plano de criação de espaços verdes e adoptar as medidas complementares necessárias, com vista a tornar a cidade mais atraente. Aperfeiçoaremos o equipamento nos jardins e parques e valorizaremos o seu património histórico e cultural.

Vamos desenvolver um projecto integrado de conservação técnica para melhorar a qualidade dos solos e plantar espécies florais nas terras descobertas a fim de embelezar os espaços. Encetaremos medidas para definir as áreas protegidas, com vista à preservação parcial ou geral das zonas ecológicas e ao aproveitamento racional dos recursos hídricos.

Vamos, ainda, aperfeiçoar a gestão e conservação das áreas arborizadas, parques, jardins, florestas e zonas ecológicas, com vista a que Macau se torne numa cidade de turismo com equilíbrio ecológico, harmoniosa e tranquila. Reforçaremos a gestão e o desenvolvimento do laboratório fitossanitário, para efeitos de inspecção sanitária de espécies florais, bem como a preservação do equilíbrio ecológico e insistiremos na eliminação de males biológicos. Actualizaremos o mapa de distribuição de espécies florais e procederemos à sua classificação sistemática.

8.2.5 Promoção da Participação Colectiva nas Campanhas de Prevenção de Doenças Transmissíveis

Para evitar a propagação de doenças transmissíveis, iremos incentivar a população a participar nas acções de limpeza nas zonas de grande insalubridade, promovendo campanhas de limpeza diversificadas e procurando elevar a consciência dos cidadãos relativamente à protecção ambiental e à necessidade de prevenção de doenças transmissíveis. Vamos assegurar a execução de campanhas de desratização e erradicação de mosquitos em Macau, tendo em atenção a estrutura demográfica e condições sanitárias das várias zonas da cidade.

8.2.6 Embelezamento da Cidade em Resposta ao Desenvolvimento Turístico de Macau

Em resposta ao desenvolvimento urbano de Macau e na sequência da integração de Macau na lista de Património Mundial das Nações Unidas, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, em estreita colaboração com outros serviços públicos, irá promover um conjunto de obras destinadas a preservar e embelezar o Centro Histórico de Macau e as ruas à sua volta e melhorar as suas condições sanitárias. Serão instalados painéis iluminados da planta da cidade em locais apropriados destinados a ajudar a orientação dos turistas. Iremos regular a instalação de cartazes e tabuletas publicitárias, os procedimentos para a aprovação de

actividades, os vendilhões e os quiosques, com vista a valorizar a qualificação de Macau como Património Mundial e contribuir para o desenvolvimento turístico.

Vamos dar continuidade às obras de embelezamento dos recintos públicos, incluindo os parques e praças e iremos aproveitar os terrenos de obras em desuso e outros lugares públicos para criar espaços destinados ao descanso e recreação da população e zonas ajardinadas. Construiremos na zona Norte um espaço de descanso e recreação polivalente e aperfeiçoaremos o equipamento desportivo das Ilhas. Continuaremos a instalar equipamentos de cultura física nos parques e jardins da cidade, com vista a estimular os nossos cidadãos a praticar mais exercícios físicos e a contribuir para a qualificação de Macau como Cidade Saudável. Iremos continuar a colocar iluminação e figuras decorativas nas praças, jardins, espaços de descanso e recreação e vias públicas para embelezar a cidade, durante os períodos das festividades mais significativas.

Com base nos resultados alcançados, iremos desenvolver esforços permanentes para auscultar a opinião da sociedade civil, rever os procedimentos e consolidar as experiências acumuladas. Vamos continuar a reforçar as acções de divulgação e aplicação do Regulamento Geral dos Espaços Públicos. Com a colaboração das associações e escolas, vamos promover, junto dos bairros comunitários, actividades de educação cívica, com vista a sensibilizar os cidadãos a usufruir os equipamentos dos lugares públicos com sentido de responsabilidade, contribuindo assim para o desenvolvimento de uma cidade harmoniosa e asseada.

Realizaremos obras para alterar o sistema de drenagem pluvial do Monte Guia, com vista a canalizar as águas pluviais para o reservatório, aumentando, desse modo, o aproveitamento dos recursos hídricos. Esta obra irá permitir a redução do escoamento de águas em direcção à zona da Horta e Costa, aliviando as zonas baixas do risco de cheias. Estudaremos soluções científicas para resolver o problema das cheias e a poluição provocada pelo fluxo das águas pluviais no Porto Interior. Realizaremos, de forma programada, obras de conservação das vias públicas, rampas, viadutos, túneis, esgotos e outros equipamentos urbanos. Reforçaremos a fiscalização da rede de esgotos, estabelecimentos de restauração e garagens e asseguraremos o normal funcionamento das infraestruturas urbanas.

8.2.7 Construção de Uma Plataforma de Intercâmbio Cultural. Valorização do Papel de Ponte entre as Culturas Chinesa e Ocidental

Com o intuito de promover Macau como plataforma de intercâmbio cultural e artístico entre a China e o Ocidente, iremos, em colaboração com os consulados de vários países, organizar um conjunto de actividades artísticas, consolidando a imagem de Macau como cidade multicultural. O Museu de Arte e o Centro Cultural têm planos para, em colaboração com organismos culturais franceses, organizar uma grande exposição de obras de arte francesas e promover uma série de eventos e espectáculos de grande qualidade específicos da cultura chinesa e francesa. Iremos incentivar o contacto e o intercâmbio entre os artistas chineses, franceses e locais, com vista a alargar os horizontes artísticos e culturais da comunidade local e estimular a produção artística local.

Para divulgar o rico e variado património cultural e artístico da China e fortalecer os sentimentos de pertença da população, o Museu de Arte, após a Exposição de Colecção de Relógios do Museu do Palácio Imperial, irá continuar a organizar exposições de grande envergadura de importante valor histórico, designadamente a exposição das obras dos “quatro Wang” dos seis grandes pintores e calígrafos da Dinastia Qing e a exposição de peças do espólio valioso do Museu do Palácio Imperial.

O Museu das Ofertas sobre a Transferência de Soberania de Macau para além de ter em exposição peças oferecidas pelas províncias e municípios chineses por ocasião dos festejos do retorno de Macau à China, irá organizar outras exposições subordinadas à temática de cultura e história de Macau e da China. O Museu irá intensificar a sua divulgação junto dos turistas e receber mais visitas de estudantes de Macau, com vista a aumentar os conhecimentos da população e dos turistas sobre o passado de Macau, a História e as realidades culturais e sociais das diversas dinastias da China, aprofundando, desse modo, a sua compreensão e identificação.

Após dois anos de trabalhos preparatórios, a primeira fase do projecto de estudos e exposição do Museu de Taipa e Coloane está praticamente concluída. As escavações arqueológicas na estrutura de pedra da cave subterrânea chegaram ao seu termo. Projectamos a inauguração desta obra no primeiro semestre de 2006, para que

o público possa visualizar os vestígios da evolução histórica, política, social e cultural de Taipa e Coloane desde a era primitiva até hoje. A Casa Cultural de Chá de Macau, em articulação com actividades educativas desenvolvidas por outras entidades, irá organizar uma exposição permanente subordinada à temática da cultura local, abordando aspectos como a cultura do chá, o comércio do chá e documentação sobre a relação entre Macau e o papel do chá na História moderna da China.

Para efeitos de promoção dos valores educativos, o Centro Cultural irá organizar ao longo do ano um conjunto de actividades que tem como destinatários, cidadãos de todas as faixas etárias, nomeadamente, *workshops*, conferências e outras actividades pedagógicas de temática artística, envidaremos esforços para levar essas actividades aos bairros comunitários e escolas. No plano externo, iremos intensificar acções de intercâmbio e divulgação. Trabalharemos para estimular o gosto dos cidadãos pela arte e elevar a qualidade da produção artística, fazendo com que a arte seja uma vivência intrínseca da sociedade.

Organizaremos grandes espectáculos culturais e actividades de ocupação de tempos livres diversificadas. Iremos intensificar a cooperação com as associações de artistas, escolas e outras entidades. Iremos realizar projectos de investigação, assegurar a aquisição de peças de valor cultural, organizar exposições e colóquios e visita de monumentos históricos, lançar projectos de promoção de leitura no âmbito das bibliotecas e adquirir mais livros, periódicos e jornais.

No próximo ano, em resposta ao convite endereçado, iremos participar na Grande Exposição de Jardinagem de Shenyang 2006, com a instalação de uma exposição permanente de Macau que contribuirá para divulgar a imagem da Região Administrativa Especial de Macau.

8.3 Educação Cívica e Relações de Boa Vizinhança

Para potenciar a eficácia do Centro de Recursos de Educação Cívica, iremos tomar medidas para enriquecer o seu espólio e diversificar as suas actividades complementares. Vamos realizar os trabalhos preparatórios para a instalação de um centro com capacidade para albergar várias salas de simulação, designadamente sala de reciclagem, laboratório de análise das águas, de forma a permitir aos cidadãos adquirir informações no âmbito de educação cívica através de contacto empírico.

Em 2006, para além de continuarmos a desenvolver esforços para aprofundar as actividades de divulgação junto dos bairros comunitários e escolas, iremos promover acções junto dos imigrantes recém-chegados, com vista a consolidar os sentimentos de pertença de toda a população residente e à formação de um espírito de igualdade e tolerância. Realizaremos inquéritos para conhecer as opiniões e sugestões do público em relação às actividades desenvolvidas pelo Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais. Em função do resultado do inquérito, iremos lançar acções de divulgação específicas no âmbito da educação cívica.

Planeamos, ainda, organizar acções de grande envergadura, colóquios de temática específica, *workshops*, exibição de filmes e eventos de divulgação por outros meios de comunicação social, com vista a incrementar a educação cívica.

Vamos prosseguir a organização de colóquios comunitários e enviar representantes para visitar as associações e organismos das bases populares; no plano de promoção de relações de boa vizinhança, iremos continuar a convidar as associações a participar nas actividades anuais de grande envergadura e a promover as actividades subordinadas ao projecto “vizinho próximo”. É, igualmente, nossa intenção organizar actividades de ocupação de tempos livres e de convívio social nos complexos habitacionais, com vista a promover o diálogo com a administração dos prédios ou a assembleia geral dos proprietários das fracções, promovendo o espírito de boa vizinhança. Iremos ampliar gradualmente os canais de comunicação com as associações sediadas nas Ilhas, aumentar os serviços aí oferecidos e intensificar o diálogo, a fim de providenciar serviços e actividades que vão ao encontro das necessidades da sua população.

9. Aperfeiçoamento dos Trabalhos no Âmbito dos Assuntos Eleitorais. Promoção do Desenvolvimento do Sistema Político

9.1 Assuntos Eleitorais

As eleições para a terceira legislatura da Assembleia Legislativa foram concluídas com sucesso, pelo que vamos analisar e rever, oportunamente, a forma como elas decorreram, a legislação reguladora e o apoio administrativo prestado.

No próximo ano, iremos otimizar os trâmites relativos ao recenseamento eleitoral, rever o seu sistema e apresentar as novas propostas. Vamos reforçar gradualmente a divulgação jurídica e a educação cívica, aumentando os conhecimentos dos cidadãos sobre as eleições para a Assembleia Legislativa e os direitos e deveres dos eleitores, elevando a sua consciência cívica e estimulando mais pessoas a inscreverem-se como eleitores. Continuaremos a desenvolver os trabalhos no âmbito do recenseamento eleitoral e aperfeiçoaremos a Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa, bem como os diplomas correlativos.

Vamos impulsionar o desenvolvimento do sistema político da Região Administrativa Especial de Macau, procedendo à elaboração das normas concernentes e obedecendo rigorosamente aos princípios e procedimentos consagrados na Lei Básica de Macau.

9.2 Passaporte e Título de Viagem da RAEM

Com o forte apoio e auxílio do Governo Popular Central, iremos aumentar os nossos esforços de promoção dos documentos de viagem da Região Administrativa Especial de Macau. O Governo da Região Administrativa Especial de Macau irá pôr em execução, de forma faseada, um programa de divulgação destinado a levar ao conhecimento dos residentes de Macau de nacionalidade chinesa o seu direito de usufruir de protecção consular e de recorrer aos serviços de embaixadas chinesas quando se encontram no estrangeiro. Para facilitar a entrada de portadores de documentos de viagem da Região Administrativa Especial de Macau em países estrangeiros, o Governo planeia emitir documentos de viagem electrónicos da Região Administrativa Especial de Macau a partir de 2007 ou 2008, iniciando já no próximo ano os trabalhos preparatórios.

9.3 Reinserção Social e Recuperação Social dos Jovens

Na sequência da revisão do Regime Jurídico Tutelar Educativo dos Jovens Infractores, iremos definir no próximo ano as medidas complementares necessárias, incluindo a fixação do conteúdo dos serviços, a regulamentação, os critérios de avaliação e os mecanismos de acompanhamento e a definição do regulamento de funcionamento interno e programa de colocação do pessoal no centro educativo e centro de educação e formação do Instituto dos Menores. Em termos de construção de equipamento físico e disponibilização de pessoal, pretendemos instalar um centro

de observação, um centro educativo, um centro de educação e formação e uma unidade de residência temporária. Vamos organizar acções de formação profissionalizante e em serviço, nomeadamente a formação de agentes de reconciliação e em técnicas de execução da medida “serviço a favor da comunidade”; iremos continuar a realizar estudos aprofundados sobre a idade de imputabilidade penal.

No próximo ano, reforçaremos as medidas de prevenção de criminalidade juvenil, incluindo a organização de *workshops*, a intensificação das acções dos assistentes sociais e aconselhamento psicológico, o desenvolvimento de actividades em colaboração com as entidades da sociedade civil e acções de divulgação junto das escolas. Iremos organizar mais actividades de serviço social para os jovens sujeitos ao acompanhamento do Instituto dos Menores e o Departamento de Reinserção Social. Para além dessas actividades, em colaboração com outros organismos e associações, serão organizados cursos de curta duração que levem em conta as necessidades da sociedade e dos jovens em causa, destinados a habilitá-los com os conhecimentos necessários para a sua integração na comunidade.

A equipa de profissionais de assistência social do Departamento de Reinserção Social irá deslocar-se de três em três meses ao Estabelecimento Prisional, para realizar colóquios e actividades, com vista a preparar o regresso dos reclusos à sociedade. Em estreita colaboração com as entidades da sociedade civil, iremos potenciar a eficácia das residências de acolhimento dos reclusos libertos. Iremos realizar mais acções de sensibilização para chamar a atenção e convidar o apoio da sociedade para o serviço de ressocialização.

Vamos, também, aumentar a eficácia das medidas não privativas de liberdade, desenvolvendo mais os serviços correcionais dos bairros comunitários e estudar outras formas de medidas comunitárias, incluindo a viabilidade do serviço a favor da comunidade, a execução de medidas fora da prisão e a adopção de pulseiras electrónicas. Queremos oferecer um conjunto de serviços de apoio e correcção diversificados às pessoas sujeitas ao cumprimento de responsabilidades criminais, de modo a ajudá-las a reintegrar na sociedade.

CONCLUSÃO

Após anos de esforços contínuos, os trabalhos da área de Administração e Justiça estão consolidados e desenvolvidos de uma forma regular e sistemática.

Com base nos resultados e experiências adquiridas, definimos um plano de acção para o próximo ano em resposta às necessidades de desenvolvimento futuro de Macau que inclui uma actividade permanente e medidas pioneiras. A orientação geral fundamenta-se na vontade firme de promover com rigor a reforma das instituições. A actividade permanente será aperfeiçoada até ao mais ínfimo pormenor, especialmente nas questões que afectem directamente os interesses do público.

No processo da participação colectiva na construção da Região Administrativa Especial de Macau, todos os funcionários, independentemente da sua posição na hierarquia, aumentaram o seu espírito de equipa e as qualidades de zelo e diligência, o que permitiu lançar as bases para o aprofundamento das acções governativas. Deste modo, devemos manter-nos firmes no cumprimento dos nossos deveres funcionais e adoptar uma postura de abertura, desenvolvendo esforços para estabelecer uma relação de diálogo com a população e as forças sociais. Temos a obrigação de dedicar-nos ao aperfeiçoamento e execução das tarefas que nos foram confiadas, investindo esforços para elevar a qualidade de vida de Macau.